

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

FARLON ARAUJO MACHADO

ESCRAVIDÃO NEGRA: a condição do negro escravizado no Piauí
entre o final do século XVIII e o início do século XIX

PARNAÍBA-PI
2011

Biblioteca UESPI - PHB
Registro Nº M792
CDD 981.04
CUTTER M499e
V _____ EX. 01
Data 06/07/12
Visto [assinatura]

FARLON ARAUJO MACHADO

**ESCRAVIDÃO NEGRA: a condição do negro escravizado no Piauí
entre o final do século XVIII e o início do século XIX**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Universidade Estadual do Piauí como um dos pré-requisitos para a conclusão do curso de Licenciatura Plena em História, sob a orientação do Prof.^a Esp. Maria Dalva Fontenele Serqueira.

PARNAÍBA-PI
2011

FARLON ARAUJO MACHADO

**ESCRAVIDÃO NEGRA: a condição do negro escravizado no Piauí
entre o final do século XVIII e o início do século XIX**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a
Universidade Estadual do Piauí como um dos
pré-requisitos para a conclusão do curso de
Licenciatura Plena em História, sob a
orientação do Prof.^a. Esp. Maria Dalva
Fontenele Serqueira.

Aprovada em ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. M.s. XXXXXXXXXXXXX

Prof.(a) Examinador(a)

Prof.(a) Examinador(a)

Dedico À Marly, Marlon e Felipe
De quem me tornei, voluntariamente, escravo.

AGRADECIMENTOS

A minha família, que sempre me apoiou nos momentos de angústia mental, física e emocional.

À Universidade Estadual do Piauí, seus professores e funcionários, que hoje fazem parte de meu convívio pessoal.

Aos meus colegas de Turma, que direta e indiretamente, fortaleceram meu espírito e meu corpo.

RESUMO

Visamos neste trabalho abordar a participação do negro escravizado no Piauí, entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século seguinte, na medida em que ele esteve presente e participou ativamente de toda uma conjuntura social, econômica e cultural do espaço geográfico que se constituiria como Piauí. É certo que a sua presença e participação não se fizeram em nosso território apenas obedecendo aos interesses da Coroa portuguesa em sua política econômica atrelada ao jogo mercantil do momento, mas tornou-se significativa na medida em que, além de servir como força de produção, também penetrou no universo vivido por elementos não escravizados, em um ambiente feito de contradições e restrições e no difícil equilíbrio entre o mundo que o animaliza e o mundo que o acolhe.

PALAVRAS-CHAVE: Escravizado; Força de Produção; Contradições.

ABSTRACT

We aim in this paper address the participation of black slaves in Piauí, between the late eighteenth century and the first decades of the next century, to the extent that he was present and participated actively in the whole situation a social, economic, geographical and cultural space that would like Piauí. It is true that their presence and participation is not done in our territory only obeying the interests of the Portuguese Crown in its economic policy tied the game market at the moment, but became significant in that it also serves as a force of production, also penetrated by elements in the universe is not enslaved lived in an environment made up of contradictions and constraints and the difficult balance between the world and the world animalizes hosts.

KEYWORDS: Enslaved; Force Production; Contradictions.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 DO MONOPÓLIO ESCRAVISTA PORTUGUÊS À CAPTURA E TRANSLADO HUMANO PARA O PIAUÍ PECUARISTA.....	11
3 TRABALHO DO AFRODESCENDENTE NA ECONOMIA DO PIAUÍ OITOCENTISTA E NOVECENTISTA.....	26
4 ESCRAVOS DA PECUÁRIA PIAUIENSE: ENCONTROS, REENCONTROS E METAMORFOSES.....	42
5 CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa tem a finalidade de problematizar e, sob certo ponto, de vislumbrar quão significativo foi a importância e a participação do negro escravizado na economia piauiense, dando ênfase especial à cidade de Parnaíba, na medida em que o comércio de muares, do sub produto do couro e da carne e outras atividades econômicas estavam diretamente vinculados ao comércio interno e, principalmente, ao externo do província do Piauí dentro da lógica mercadológica da Colônia lusitana na América do final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX que acabou formando e consolidando uma sociedade que se forjou em grande parte por conta do suor e do sangue de homens e mulheres que a tradicional historiografia brasileira esqueceu ou, propositalmente, se deixou esquecer no calabouço do tempo e preso a grilhões que, mesmo em nossos dias, marcam e caracterizam profundamente a singularidade de nossa sociedade e da nossa cultura.

Usamos como metodologia à pesquisa a consulta de uma variada bibliografia que trata sobre a temática da escravidão no Brasil e, especialmente, a que ocorreu no Piauí durante este corte temporal que vai do final do século XVIII e o início do século seguinte. Tal escolha se deu em virtude da escravidão ser um tema para qual contamos com uma copiosa bibliografia e que certamente, até bem recentemente na historiografia oficial e tradicional, obscurecia ou negligenciava o valor que o negro escravizado teve em uma economia que, aparentemente, não estava agregada ao grande complexo agro-exportador do litoral.

Como embasamento teórico utilizamos autores que tratam do aspecto econômico durante o Brasil colonial como Furtado (2004), Cardoso (1988) e Prado Júnior (2004); de autores que falam da captura, do traslado e da chegada do recém-escravizado para as mais diversas atividades econômicas no Brasil como Conrad (1985), Mattoso (1982), Luna (1968), Falci (1991/94/95) e Brandão (1995/99) e de autores que falam da resistência e da adaptação do escravizado em terras brasileiras e piauienses como Cid de Castro Dias (2008), Miridam Falci (1991/94/95), Moura (1992) e tantos outros que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para enriquecer nosso trabalho.

Diante disso, quando iniciamos nossa pesquisa, que tinha como objetivo geral apontar a condição do negro escravizado no Piauí durante este corte temporal e especificar sua significância e na economia piauiense e as diversas formas de resistência ante a situação de cativo, tínhamos a certeza de que seu conteúdo, bem como seu resultado, seria gratificante

na medida em que, além de nos ofertar uma gama de conhecimento sobre o escravismo na fase áurea da pecuária piauiense, tanto no criatório do boi, na manufatura da carne e em atividades outras no Piauí, ainda nos proporcionou uma escrita confortável e satisfatória à medida que fomos descobrindo que, mesmo diante da situação de cativo, as formas de resistência, de adaptação e acomodação aos inevitáveis menosprezos que sofriam foram múltiplas e que acabaram exercendo uma forte influência no pensar, sentir e agir do homem piauiense.

Por conta disso, nosso primeiro capítulo esteve voltado para compreendermos como ocorreu a obtenção e o traslado da mão-de-obra escrava do distante continente africano e como esta mesma mão-de-obra foi incorporada ao grande complexo econômico do litoral e conseqüentemente abarcou sua ocupação laboral também no espaço geográfico piauiense, porque mesmo havendo uma farta mão-de-obra nativa e pelas inerências próprias implícitas ao Antigo Sistema Colonial, ainda assim levou, rapidamente, ao declínio daqueles em virtude das condições impostas pelos europeus em sua lógica de mercado proporcionando sua gradativa substituição pelos negros africanos.

Ainda dentro desse mesmo capítulo, procuramos detalhar que o comércio de seres humanos mostrou-se tão significativo que acabou justificando um certo paradoxo às práticas econômicas capitalistas já adotadas no Velho Mundo, já que a Europa caminhava para a produção econômica vinculada ao trabalho livre, mas que no Brasil revelou-se um fator delimitador entre os atores sociais aqui presentes e, naturalmente, respingou suas práticas à incipiente sociedade piauiense.

Já em nosso segundo capítulo, colocamos sob exposição as diversas aplicações da força de produção do negro no Piauí entre o final dos oitocentos e o início dos novecentos na medida em que ocorria a formação e consolidação de uma incipiente sociedade produtora não só de gêneros para o consumo local, mas que atendia, em sua produção agrária e econômica diversificada, também os interesses de outras regiões, como era o caso do fornecimento de carne fresca para a Bahia, Pernambuco e, até mesmo, para a distante Minas Gerais ou quando era feita a exportação de charque e de seu sub produto para atender a carência do interior do Brasil e da própria Metrópole.

Diante disso, podemos perceber ainda que as lideranças políticas e econômicas que foram se firmando no Piauí e, especificamente em Parnaíba, paulatinamente passaram a exercer uma forte influência sobre o destino que iria ser tramado já no início do século XIX para a própria Província no processo de independência do Brasil, na medida em que nossa economia pecuarista era naquele momento significativa para atender outras regiões e que

ainda assim não recebia a devida atenção administrativa e política, pois os interesses lusitanos estavam ligados quase sempre a economia agro-exportadora.

Já em nosso último capítulo nos propomos a atentar para as diversas formas de resistência imprimidas pelos negros escravizados ante as constantes ações de destruição de seu imaginário social, cultural e humano. Tal resistência desembocou em práticas sociais, religiosas e culturais que passaram a se infiltrar em nosso imaginário e caracterizar a sociedade brasileira até nossos dias, fazendo o Brasil uma verdadeira ilha de sincretismo, porquanto muito de nossa fala, de nossos gostos e de nosso jeito particular de ser estão inteiramente vinculadas a práticas sociais e culturais inerentes ao grande Continente Negro, pois os elementos escravizados que foram desembarcados em nossas praias, oriundos de diferentes regiões daquele continente, se fazem presentes no nosso pensar, sentir e agir.

Diante disso, ainda dentro deste capítulo, nos propomos a demonstrar uma série dessas práticas sociais e culturais que foram se moldando ao dia-a-dia do piauiense e a do próprio negro escravizado, pois em dado momento, aquelas eram encabeçadas pelos próprios afro-descendentes que traziam consigo todo um modo de vida inerente às suas origens, e em dado momento, essas mesmas práticas eram ajustadas as suas necessidades, já que o negro permeava sorrrateiramente o universo social e cultural dos outros atores sociais presentes no Piauí.

Conclusivamente é evidente que o tema que trata sobre a escravidão negra no Piauí colonial não é limitado, já que garantidamente nos oferta um legue de abordagens a ser estudado sobre a participação do escravo em nosso território e sua significativa presença nas mais variadas atividades produtivas, sociais e econômicas que foram se acomodando ao nosso passado tão recente e que atualmente estão enraizados em nosso cotidiano. Acredito que esse trabalho seja mais um subsídio, como fonte para pesquisa, e que possa ajudar em novos trabalhos acadêmicos, mas que também é salutar lembrar que despertou em mim uma verdadeira paixão pelo assunto e um enorme respeito pelo homem que ajudou a desbravar os nossos Sertões de Dentro, ombreou sua força de trabalho e sua perseverança aos forasteiros lusitanos e ao nativo local e colocou o Piauí, em certo momento, vinculado a diferentes regiões, tanto dentro quanto fora dos limites territoriais da Colônia lusitana.

2 DO MONOPÓLIO ESCRAVISTA PORTUGUÊS À CAPTURA E TRANSLADO HUMANO PARA O PIAUÍ PECUARISTA

A escravidão negra nas Américas foi um dos episódios mais tenebrosos encenados pela humanidade nos últimos 500 anos. Do século XV ao XIX, uma enorme quantidade de africanos foi alocada pelo tráfico negreiro nos territórios americanos que estavam sob controle dos impérios europeus.

Por causa dessa imigração forçada, cerca de 400 mil cativos foram enviados para as Colônias da América inglesa, 1,6 milhões para a América espanhola e cerca de 3,6 milhões para a América portuguesa. É evidente que a contabilidade não premia a exatidão, mas parte de pressupostos de estudos acadêmicos, como informa, para o caso brasileiro, Queiroz (1987, p. 19): “A maioria dos estudiosos, entretanto, estima a vinda de três e meio milhões, aproximadamente, número ainda assim expressivo, quando se pensa no início do século XIX o país contava com uma população total de três milhões de habitantes.”

Levando em conta a intermitente ação do tráfico negreiro, chega-se a certeza de que milhões de pessoas foram ceifadas pela ação direta no trabalho insalubre, do ardor iminente da força do chicote e o descaso com que eram tratados homens e mulheres que ajudaram a forjar um sincretismo particular no pensar, sentir e agir da sociedade brasileira.

Decididamente nos fala Conrad (1985, p.208) que:

[...] essas multidões, contudo, compreenderam apenas parte do número total de pessoas afetadas por este tráfico, uma vez que muitos morreram em seu continente nativo antes que pudessem ser colocados a bordo de um navio e muitos mais pereceram no mar. Uma vez no Brasil, além disso, muitos sobreviventes da longa jornada rapidamente sucumbiram à doença ou outras privações, de forma que apenas uma pequena porcentagem das pessoas capturadas ou vendidas na África chegou a trabalhar para um senhor no Novo Mundo.

Destacando inclusive a entrada de escravos por meio do contrabando no Novo Mundo, já que esses dados contábeis em exatidão jamais virão à luz da história em virtude da sistemática proibição pelo qual foi sendo processando ao tráfico e do meticuloso cuidado na hora do desembarque dessas valiosas “peças” para a isenção de impostos, diz Moura (1992, p.10) que:

[...] o problema do contrabando obviamente não foi computado como uma variável a ser considerada. Mas o certo é que quase 40% do total de africanos retirados do

Continente Negro durante a existência do tráfico foram desembarcados no Brasil. Conforme dissemos, ele se distribuiu por todo o território nacional.

Conforme a literatura historiográfica brasileira nos apresenta com Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Cid de Castro Dias e tantos outros, no limiar do século XVI a Europa passava por uma série de mudanças sociais, econômicas, culturais, religiosas e políticas que marcaram intensamente o modo de vida de milhares de homens e mulheres em várias regiões deste continente e da África e que tiveram conseqüências nefastas para grande parte de povos e dos grupos étnicos diversos deste continente cuja dinâmica vai se caracterizar, em sua expressão máxima, pela escravidão negra deixando marcas profundas no solo americano sob tutela do governo português e no modo de vida singular que será gestado a partir das relações societárias que aqui serão imperativas pelo elemento branco onde, conforme a afirmação da lógica econômica, mercantil e marítima expressada à época e confirmada por Furtado (2004, p.11):

[...] a ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa. Não se trata de deslocamentos de população provocados por pressão demográfica, como fora o caso da Grécia ou de grandes movimentos de povos determinados pela ruptura de um sistema cujo equilíbrio se mantivesse pela força, caso das migrações germânicas em direção ao ocidente e ao sul da Europa. O comércio interno europeu, em intenso crescimento a partir do século XI, havia alcançado um elevado grau de desenvolvimento no século XV, quando as invasões turcas começaram a criar dificuldades crescentes às linhas orientais de abastecimento de produtos de alta qualidade, inclusive manufaturas.

Neste ínterim, Portugal acabou servindo como promotora do movimento expansionista do além-mar e de sua conseqüente conquista ultramarina em terras africanas, asiáticas e posteriormente, de maneira contundente, da parte que lhe coube pelo tratado de Tordesilhas na medida em que, ao longo da formação de seu Estado Moderno, forjou uma tríade e solida aliança entre a Coroa, o elemento burguês e a benção da Santa Madre Igreja porque:

[...] no alvorecer do século XV, a história portuguesa muda de rumo. Integrado nas fronteiras geográficas naturais que seriam definitivamente as suas, constituindo territorialmente o Reino, Portugal vai se transformando em um país marítimo; desligando-se, por assim dizer, do continente e volta-se para o Oceano que se abria para o outro lado; não tardará, com suas empresas e conquistas no ultramar, em se tornar uma grande potência colonial (PRADO JÚNIOR, 2004, p.20).

Conforme a afirmação de Cardoso (1988, p.20) quando aponta para o suporte econômico da burguesia luso-castelhana à época:

[...] necessidade de mobilizar recursos importantes; os riscos consideráveis implicados na expansão marítima, na colonização e na defesa das colônias; a inexistência, pelo menos de início, de formas de organização empresarial que permitissem concentrar os enormes recursos exigidos e enfrentar os riscos mencionados: tudo isso levou a associação do capital mercantil e financeiro com os Estados no sentido de empreender a expansão marítima e colonial.

Seguindo a máxima expressada em anos anteriores por Caminha, escrivão da esquadra lusitana quando de sua chegada ao Brasil, em sua carta-batismo encaminhada ao rei Dom. Manuel “as terras são muitas, infindas...em se plantando de tudo se dá” e sem a fortuna de seu par ibérico que conseguiu empreender uma bem sucedida empresa de extração mineral na região do Potosí, na atual Bolívia, o governo lusitano logo implementou na nova colônia, já na primeira metade do século XVI, a exploração sistemática da cana-de-açúcar cuja ocupação em terras americanas se fez porque “os portugueses haviam iniciado há algumas dezenas de anos a produção relativamente grande nas ilhas do Atlântico, de uma das especiarias mais apreciadas no mercado europeu: o açúcar”(FURTADO, 2004, p.15),

O consenso para o tipo e a maneira de exploração que seria sistematizado na Colônia portuguesa estava implícito na conjuntura mercantilista da época e na estrutura em que a sociedade lusitana estava assentada, cujo fluxo econômico seria gestado pela elite lusitana, como nos aponta Lapa (1982, p.23):

[...] ricos e poderosos, pobres e despossuídos lançaram-se à grande empresa colonial. Entretanto fazia-se necessário que os primeiros impusessem as regras do jogo aos segundos, a fim de assegurar que não fosse subvertida a ordem natural, vigente como modo de produção que se estruturava, dando origem a novas relações sociais de produção.

Para atender as exigências cada vez maiores de mão de obra na mais próspera área de seu império colonial, Portugal especialmente a partir do século XVI, participa ativamente do comércio transatlântico de milhares de almas subordinando-as à escravidão, pois a implementação da grande empresa monocultora agrícola tinha como tripé a aplicação de vultoso capital financeiro, a larga utilização de trabalhadores braçais e especializados e um produto que estivesse a altura do montante empregado para assim cobrir os gastos iniciais cuja produção, invariavelmente, atenderia ao mercado externo regulado por uma dinâmica econômica e administrativa intrínseca à Metrópole e a sua Colônia onde seu alicerce era

moldado em práticas, de acordo com Lapa (1982, p. 21): “Cujas partes ou elementos são interdependentes e funcionam obedecendo a determinados princípios de ordem econômica, social e jurídico.” Até porque no entendimento de Cardoso (1988, p. 21): “O monopólio colonial traduzia um dos aspectos centrais da política e da vida econômica da época.”

✱ A escolha do açúcar não ocorreu por mero acaso. Embutida nessa empreitada mercantil estava uma série de especificidades próprias que a permeava em suas mais abrangentes variáveis de mercado e de comércio que ia desde a qualidade do solo, onde o Nordeste brasileiro tomou a vanguarda e, por conseguinte, englobou sob sua órbita todo um conjunto de núcleos populacionais, mercadológicos e sociais, passando pelas relações de poder impostas aos atores sociais envolvidos e, até mesmo, pelos interesses privados e públicos desencadeados em sua dinâmica, onde portugueses, batavos e até mesmo os judeus fugidos das perseguições religiosas no Velho Mundo aqui, mesmo que em menor proporção, fizeram-se inseridos no cotidiano econômico, social, político e humano da região açucareira, onde esses:



[...] inicialmente, empenharam-se no comércio, mas rapidamente tornaram-se agentes financeiros, fornecendo capital para a realização de safras e para a compra de escravos, adquirindo açúcar e revendendo-o na Europa com grandes lucros (FERLINI, 1984, p.72).

Ainda nos fala Algranti (1987, p.22) que, se o comércio com Oriente foi pautado na compra e na revenda de especiarias manufaturadas, no Brasil a preponderância foi com o extrativismo

[...] Ao contrario do que se sucedia nas possessões portuguesas da África e da Ásia, o Brasil não possuía produtos atrativos de alto valor comercial. A empresa colonial na América se daria, portanto, apoiada em bases diferentes daquelas utilizadas nas demais partes do império: a colonização através da agricultura permitia, além da exploração mercantil pura e simples, a ocupação e povoamento dos vastos territórios americanos. A grande propriedade e o trabalho escravo foram os elementos básicos da colonização do Brasil, e nortearam sua vida econômica e social.

Para Mattoso (1982, p.23), o comércio internacional do açúcar tornou preponderante a importação imediata de negros africanos ao Brasil:

[...] foi, pois, a cana-de-açúcar das regiões de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro que obrigou à importação de escravos nos séculos XVI e XVII, enquanto o ouro gerou um aumento da demanda no século XVIII. No entanto, mesmo por volta da metade do século, quando a exploração aurífera alcança seu cume, 40% dos escravos importados são destinados à agricultura. As minas são, porém, quase tão exigentes

de mão-de-obra como a cana-de-açúcar, mas não conseguem atrair senão cerca de 20% do tráfico negreiro marítimo.

A rentabilidade que se deu com a economia açucareira fixada especialmente nos dois primeiros séculos e meio nas áreas que compreendem atualmente os estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e na região do Recôncavo Baiano, logo projetou, em maior ou em menor escala e atrelados a sua economia, outros mercados de relativas dimensões, como a que ocorreu com a expansão da pecuária pelo interior do território cujo seu desenvolvimento na região oeste do Nordeste e posteriormente no sul do Brasil se deu com características distintas e próprias das da unidade de produção açucareira porque:

[...] a ocupação da terra era extensiva e até certo ponto itinerante. O regime de águas e as distâncias dos mercados exigiam periódicos deslocamentos da população animal, sendo insignificante a fração de terras ocupadas de forma permanente (FURTADO, 2004, p.63).

Análogo a proposição e ciente da necessidade de braços para movimentar a economia colonial, parte da Europa Ocidental e, em especial Portugal, que em séculos anteriores caminhou para a inexorável desintegração do escravismo em seu próprio continente, impunha aos povos africanos o trabalho negro compulsório de característica mercantil e preso à economia primária brasileira que, no primeiro momento, acudiu as necessidades do grande complexo açucareiro e paralelamente atendeu as demais atividades econômicas desenvolvidas na Colônia lusa que serviam de suporte àquela, pois a escravidão no Brasil, sugerida por Algranti (1987, p.22): “Introduzida inicialmente na lavoura açucareira do litoral nordestino, em meados do século XVI, espalhou-se rapidamente por todo o país, nas diversas esferas da vida rural e urbana, até o final do século XIX.”

[...] a escravidão foi um rendoso negócio: as atividades econômicas exigiam crescente número de braços, e o escravo era uma mercadoria que se podia comprar barato e vender caro. À medida que a produção colonial demonstrava a sua rentabilidade, também se desenvolvia o comércio negreiro. Negociantes das mais diversas procedências nele investem vultuosos capitais, realizando transações em que se embutiam altos lucros (QUEIROZ, 1987, p.11).

No início do século XVI a África tornara-se então o grande celeiro humano para as pretensões lusitanas na América, pois era um continente habitado por povos de diferentes etnias, organizados em reinos e Estados. Ao norte, viviam povos de origem árabe. A região logo abaixo do deserto do Saara era ocupada por populações que haviam entrado em contaio

com o islamismo, como os iorubas e os achantes. Entre a parte central e o sul do continente estavam os povos bantus:

Os escravos introduzidos no Brasil pertenciam a dois grandes grupos de língua e cultura bem distintas: os dos sudaneses, encontrados mais ao norte do litoral africano, e os bantos, nas áreas ao sul da linha do Equador, ambos abrangendo subgrupos étnicos de significativa diversidade (QUEIROZ, 1987, p.19).

A escravidão já era uma prática corrente em vários reinos africanos como Angola, Daomé, Benim e Guiné. Em geral os cativos eram prisioneiros de guerra ou pessoas que não conseguiam pagar suas dívidas, mas na proporção que os portugueses conseguiram organizar, gerir e monopolizar a rede comercial do tráfico humano, os motivos para o aprisionamento tornaram-se os mais variados:

[...] algumas delas eram tradicionais e aceitas como legais tanto por africanos quanto por portugueses, mas outras eram ilegais e estimuladas pelo mercado externo. Os métodos tradicionais incluíam condenações por juízes africanos locais por adultério e roubo; substituição de mulheres, filhos e filhas ou outros parentes por pessoas do sexo masculino. Os meios ilegais da escravização que tinham suas origens na “pirataria, na força e na traição” incluíam o rapto e a venda de parentes próximos pelos chefes da família (CONRAD, 1985, p.49).

À medida que o litoral africano e sua zona interiorana iam sendo devassados, as perspectivas de comércio alargavam-se com o encontro dos ambicionados artigos de troca como a aguardente, o fumo, as armas, as fazendas multicoloridas e toda a sorte de bugigangas trazidas pelos lusitanos que eram cambiadas pela mercadoria que lhes interessava no Novo Mundo: O negro.

É assentado nessa dupla tarefa de colonizar e explorar as terras Ocidentais conquistadas pela sua aventura marítima e pelo acordo de Tordesilhas, firmado em 1494 com os castelhanos e, ao mesmo tempo, gerenciando uma bem sucedida empresa açucareira e um crescente comércio humano, que Portugal torna-se monopolizadora do tráfico de escravos para o Brasil e para grande parte da América anglo-hispânica pelo menos no primeiro século da “descoberta” da América porque:

[...] a lucratividade intensifica as transações, que se desenvolvem de forma crescentemente estruturada. Feitorias fortificadas proliferam pelo litoral africano e, aprofundando-se no interior do continente, tomam-se locais de pouso e depósitos intermediários para caravanas de escravos. Os traficantes dispunham de agentes, denominados pombeiros, que, em prolongadas excursões por via terrestre ou fluvial, iam à procura dos pumbos, ou mercados onde se fazia o escambo com as tribos locais (QUEIROZ, 1987, p.12).

No expressivo comércio de escravos, cujo processo acabou envolvendo os grupos sociais mais diversos, homens das mais distintas ordens e instituições, sejam elas laicas ou eclesiásticas, também concorriam para dinamizar ainda mais o fluxo de escravizados que chegavam às costas brasileiras, pois o Tráfico gerava rendas que permitia o enriquecimento sem medo e sem cerimônias dos inconvenientes comentários públicos:

[...] por aí se vê que entre as rendas da Coroa, incluía-se o lucro proveniente da mercancia de negros africanos, o que fazia de El-Rei um negreiro também. E tanto Sua Majestade estava envolvida nos negócios de escravos que, a acreditar-se nas cartas dos padres jesuítas, negros africanos foram mandados para a Bahia, a fim de serem vendidos pela própria Fazenda Real, isto é, pelo próprio El-Rei, tanto se confundiam a bolsa real e os haveres da Coroa (LUNA, 1968, p.16).

Acorrentados, mal alimentados e em péssimas condições físicas em virtude de muitos terem sido trazidos de locais distantes do ponto de embarque, os cativos chegavam às feitorias no litoral africano sendo submetidos às taxações próprias do comércio escravista e armazenados em grandes galpões:

[...] expostos às condições do tempo, mal alimentados e vestidos, às vezes ainda acorrentados uns aos outros ou presos a troncos, vez por outra esperavam semanas ou meses para serem colocados a bordo de um navio. Nesses lugares, escreveu outra testemunha, os escravos comiam, dormiam e satisfaziam todas as suas necessidades fisiológicas, infectando as casas e a cidade com os mais "pútridos miasmas" (CONRAD, 1985, p.51).

Ainda é pertinente apontar, segundo Mattoso (1992, p.101), que a captura se fazia inteiramente com o uso da força física, onde a não aceitação e submissão implicava, quase sempre, em uma sentença de morte aos mais resistentes:

[...] no ponto de partida, o negro africano é um "capturado" extraído de seu meio social, e como permanecerá até ser metido na sociedade escravista, e essa inserção será tanto mais difícil porquanto a captura foi violenta, brutal, rompeu todo seu relacionamento anterior, todas essas ligações que formam o indivíduo social, como os laços familiares, de clã e comunidade.

Os lusitanos, nas zonas de tráfico livre, para evitarem ataques surpresas de concorrentes europeus, as ações de pilhagem de chefes locais ou mesmo por pura prevenção, usavam de uma série de artimanhas para o resguardo de suas mercadorias:

[...] uma variante desse sistema consiste em estabelecer o depósito de cativos não em terra firme, mas num navio grande ancorado permanentemente num porto. A

concentração de grande número de cativos torna-se assim menos vulnerável aos ataques do exterior. Os portugueses utilizaram este método em Angola (MATTOSO, 1982, p. 41).

Devidamente embarcados e acomodados ao bel-prazer da tripulação dos navios tumbeiros, logo se apresavam em uma travessia transcontinental que consistia em uma verdadeira epopéia para o indivíduo escravizado na grande cruzada pelo Atlântico, pois o percurso variava conforme o porto de chegada, as condições climáticas e as correntes marítimas: Cerca de 35 dias para Recife e 60 dias para o Rio de Janeiro, ocasionando uma significativa mortandade porque o número de escravos transportados era sempre muito superior a capacidade das embarcações:

[...] Um decreto expedido em Lisboa em 23 de setembro de 1664, por exemplo, afirmava que os navios estavam zarpando de Angola com o dobro de “peças” permitidas por sua capacidade visto que sua tonelagem era medida por pessoas designadas pelos próprios capitães dos navios. Além disso, o suprimento de água dos navios não era supervisionado adequadamente antes da partida e o resultado era um grande número de mortos (CONRAD, 1985, p.52).

Mesmo afrontando a fiscalização real e ciente de um cabedal de leis e regimentos que obrigavam o traficante a executar sua tarefa com a mínima segurança de navegação e diante da perspectiva de uma lucratividade cada vez mais expressiva, o transporte de escravizados mostrou-se bastante compensador, como nos acena Luna (1968, p.18): “Os que conseguiam sobreviver à dura travessia davam lucros tão compensadores que o tráfico jamais cessou, até às vésperas da Abolição, apesar das leis proibitivas e das ameaças da esquadra inglesa”.

Também nos informa esse mesmo historiador que:

[...] nessas viagens, não raras vezes, irrompiam surtos epidêmicos, desfalcando, fundamentalmente, a carga sinistra. Poucas não foram as epidemias de varíola, acreditando-se mesmo que essa maldita praga, que tanto tem martirizado o povo brasileiro, foi trazido ao nosso país no bojo pestilento de uma das embarcações dos cativos (LUNA, 1968, p.19).

A chegada aos portos brasileiros desses desafortunados era marcada por um cerimonial nitidamente mercadológico onde as “peças” eram levadas primeiramente à alfândega, de onde eram arrecadados os impostos sobre todos com mais de três anos e depois separados e confinados para um período de quarentena cujo objetivo era dar aos pobres infelizes um “ar de saudável” e só posteriormente eram expostos à venda:

[...] os escravos eram manipulados pelo comprador em diferentes partes de maneira igual à que tenho visto açougueiros apalpando um novilho; e todo o exame é sobre a mera capacidade animal, sem a mais remota inquirição sobre as qualidades morais, em que um homem não pensa mais do que se estivesse comprando um cão ou uma mula (CONRAD, 1985, p.60).

Luna (1968, p.38) nos fala ainda da insalubre praça de vendas de escravos em pleno centro da capital da Colônia, Rio de Janeiro, onde em virtude das péssimas condições sanitárias do local, foi necessária a mudança para Valongo, longe da zona urbana, que além de evitar qualquer desavença com as autoridades locais ou da constante reclamação da população fluminense, também poupava o viajante estrangeiro em assistir, corriqueiramente, tão degradante cenário:

[...] Despidos, em absoluta promiscuidade, praticando em público todos os atos naturais, postos durante o dia à beira da calçada, em exposição, e encerrados à noite nos porões, muitos deles magros, quase esqueléticos, outros exibindo chagas e sinais de moléstias, as pobres criaturas constituíam uma nódoa aviltante na cidade.

Todo esse condicionante logístico se explica nas palavras de Brandão (1999, p.19) porque aqui se operou uma relação de mercado proporcional à necessidade metropolitana e, necessariamente, a da própria colônia:

[...] o envolvimento de pessoas, governos e instituições européias, no grande comércio, contribuiu no sentido de se criar uma ideologia da escravidão, ainda que para isto fossem eliminados e mesmo contornados princípios e normas fundamentais que alicerçavam a civilização europeia.

Na esteira desse rentável comércio humano, o Piauí esteve inserido na proporção em que sua empreitada econômica teve como base inicialmente a criação de gado e muarens diversos e posteriormente a implementação da indústria do charque que se desenvolveu grandemente entre o final do século XVIII e o início do século XIX particularmente ao norte, na cidade da Paraíba, para atender a demanda da população interna da Província e também externa, seja ela na área de produção açucareira nordestina, seja na região de extração aurífera ou suplementado a economia do norte da colônia:

[...] o fato é que o Piauí, contando com seus grandes rebanhos, os maiores e melhores do Norte, e com uma via cômoda de transporte como o rio Paraíba, suplantou todos os seus concorrentes e dominará o mercado colonial de carne-seca até ser suplantado, nos últimos anos do século, pelo charque rio-grandense (PRADO JÚNIOR, 2004, p.196).

Desta feita, a penetração e ocupação lusitana do espaço geográfico piauiense, ao longo dos setecentos, se deram em primazia ao grande rebanho bovino piauiense e pela fraca possibilidade de se desenvolver uma agricultura exportadora, já que possuía grande parte de seu território ocupado por uma estrutura física rústica, formada por uma vegetação composta de erva daninha, cerrado de cactos e arbustos espinhentos, dispondo de poucos rios perenes e uma baixa pluviosidade:

[...] a proliferação das fazendas se deve não apenas à regular demanda de gado por parte dos milhares de engenhos do Nordeste açucareiro, mas sobretudo a partir do século XVIII, à crescente importação de boiadas pela rica e pujante região aurífera das Minas Gerais (MOTT, 1985, p.72).

À medida que a economia criatória estava se diversificando e se formava os primeiros núcleos urbanos, o trabalho do nativo escravizado foi sendo substituído pelo trabalho do negro, onde este se apresentou como alternativa viável e rendosa para as múltiplas atividades econômicas que na província do Piauí acabaram se desenvolvendo:

[...] os escravos índios desaparecendo “oficialmente”, ou conseguindo se internar para novas fronteiras, vieram mais negros, para desenvolver não só a criação de gado e a produção da carne charqueada com sal, abundante no litoral, mas também para implantar o cultivo do algodão nas regiões mais úmidas, desenvolver o cultivo do fumo, implementar a produção do açúcar mascavo e introduzir o arroz na região (FALCI, 1995, p.36).

A ocupação e dominação do espaço piauiense ao sul pelo elemento branco lusitano pecuarista e paralelamente com seu avanço para a região centro-norte foi feita majoritariamente obedecendo à dinâmica da penetração do gado sertão adentro, abarcando os poucos rios perenes como o Canindé, o Piauí e o grande Parnaíba. Alimentando-se de pastoreio, mas abundante, forçando a formação de inúmeras fazendas e, portanto, criando uma sociedade quase que estritamente rural como nos informa Brandão W. (1995, p.22): “[...] onde vive uma população rarefeita, distribuída entre as fazendas e sítios e algumas povoações. As fazendas estão separadas umas das outras por larguíssimos corredores laterais, por força da lei, o que deixa a imagem do ermo e do isolamento” e também atestado nas palavras de Mott (1985, p.72): “A existência de fazendas tão extensas se explica não só pelas próprias limitações ecológicas regionais como também pelo baixo nível técnico da pecuária tradicional.”

Logicamente a ocupação e exploração das terras conhecidas como “Sertão de Rodelas ou Sertão de Dentro” não se constituiu apenas pela formação de grandes latifúndios, fato que incompatibilizaria a migração de indivíduos de outras regiões, mas também por outras formas de ocupação, como nos aponta Brandão T. (1995, p.45) em sua obra *Elite Colonial Piauiense*:

[...] independente da forma de ocupação da terra, invasão, arrendamento ou concessão, os sítios desempenhavam importante papel no contexto piauiense. Eles foram um dos meios de fixação de grande parte da população e o local específico para a agricultura de subsistência, que chegou a produzir excedentes. A partir da segunda metade do século XVIII verifica-se a tendência de instalação de sítios próximos às sedes das vilas.

Assim, a importação de negros escravos para o labor nas fazendas piauienses e naturalmente para executarem atividades comerciais e manufatureiras diversas que aqui iam se processando foram feitas em rotas distintas e, em certo caso, extra-oficial, pois como era público e notório à época, o fluxo de compra dos escravizados tinham como roteiro fixo em princípio a rede de mercadores de leste para oeste partindo dos grandes mercados de escravos da Bahia e de Pernambuco se dirigindo ao sul do Maranhão para o trabalho nas grandes reservas de algodoads ou para atender a carência de braços negros no Grão-Pará e áreas adjacentes mais ao norte.

Uma segunda corrente comercial escravista vinha de São Luis para a região açucareira litorânea e para a zona mineira passando pelas fronteiras do sul piauiense, onde esses dois eixos econômicos de transporte e venda de escravos deixava, nesta região, um significativo contingente de negros.

Para Falcí (1995, p.38), o abastecimento de mão-de-obra escrava para o norte piauiense e áreas da costa leste maranhense e oeste cearense obedecia, em parte também a uma dimensão excepcional, alheio à fiscalização governamental e com o intuito de abster-se do pagamento de impostos à Coroa, às autoridades da administração local e às instituições eclesiásticas:

[...] o terceiro eixo comercializador de escravos se encontrava no seu litoral, no grande delta do Parnaíba, onde a presença de mais de 3000 ilhas encorajava o contrabando e o comércio ilegal de escravos vindos, quem sabe, de onde. Esse comércio, ou melhor, essa rótula comercial interregional foi claramente percebida pelo governo português quando, em Carta Régia ao conde de Rezende, aconselha a criação de um entreposto de escravos na Parnaíba, no final do século XVIII.

Ao tempo em que se avolumava o comércio da bovinocultura, tanto ao sul como também ao norte da Província, e proporcionalmente se alastrava uma crescente agricultura de subsistência com a exploração de mandioca, algodão, feijão, milho e arroz nas áreas territoriais de vales e planícies, mais úmidos e alagadiços, próximos ao leito de rios e igarapés, a sociedade piauiense carecia, a exemplo da mão-de-obra livre, cada vez mais de escravos para satisfazer e atender a demanda comercial e econômica da Colônia.

Como era costume à época, já que a escravidão no Piauí implantou-se dentro do fato histórico do Brasil Colonial, os afazeres típicos de uma fazenda como a partilha do gado, a ordenha matinal e o controle sobre as rezes que, vez por outra se separavam do plantel a procura de labedouros, jazidas de sal e de áreas de refúgio mata adentro e a própria manutenção e preservação patrimonial e estrutural da fazenda estavam diretamente atrelados a força do trabalho negro escravizado e de alguns poucos agregados, regulados e supervisionados pelos vaqueiros cabeça de campo de gado ou vaqueiros campo d'égua onde, segundo as palavras de Falci (1995, 177):

[...] Estas expressões embora não existam, atualmente no linguajar dos sertões, tudo parece indicar o vaqueiro principal, chefe de outros vaqueiros na lide com o gado vacum ou cavalari. Sua posição seria mais importante. A ele certamente caberia a distribuição das tarefas do vaquejar e a orientação dos outros vaqueiros.

É relevante então maximizar a influência e a importância que teve o escravo negro para a expansão agropecuária piauiense e o aproveitamento de sua força de trabalho na lida do campo e nos afazeres rotineiros da criação pecuária e na indústria do charque, pois:

[...] desde o início e ao menos durante todo os setecentos, a pecuária piauiense dependeu substancialmente da mão-de-obra escrava negra e mestiça. Embora existindo lugar para o trabalho livre, inclusive indígena, o escravo negro sempre foi uma presença importante e indispensável nas fazendas de criatório, superior ao braço indígena, quicá mesmo ao braço livre (MOTT, 1985, p.79).

Nestas condições é que, além da criação de gado, o vasto complexo manufatureiro da charqueada vai tomando forma e força ao largo do estreito litoral piauiense subsidiado, em grande parte, pela atuação do negro escravizado no âmbito econômica, cultural, histórica e social que vai se configurando em um sincretismo próprio do pensar, sentir e agir de todos os indivíduos envolvidos nessa atividade primeira, assentada imperiosamente na figura do grande senhor de terras e gado, pois assim como no complexo açucareiro ou mineiro, esse detentor de terras e vidas era:

[...] homem de poder, mas não de trabalho, sempre escandalizavam os viajantes por sua indolência. Deitados em redes, ficavam a gozar nas sombras das varandas, observando sua propriedade, o labor dos escravos. Mundo de escravidão, nela o branco não se notabiliza pelo esforço físico, pois apenas ao negro cabia o trabalho duro. E deles dependia esse modo de vida aristocrático, essa desterrada fidalguia tropical (FERLINI, 1984, p.72).

Contudo, vale ressaltar que, para além do trabalho do negro escravizado e análogo a outras regiões, também coexistia o trabalho livre, quase sempre especializado, mesmo que em menor número, mas sob total obediência e reverência ao latifundiário e senhor de terras cujo mandonismo patriarcal permeava não somente a sua família, suas terras e sua escravaria, mas também ao universo de indivíduos que, direta e indiretamente, estava atrelado à produção de charque e ao manejo do gado que mesmo estes, na condição de homens livres, estavam subordinados a sua autoridade:

[...] na imensa maioria dos casos, o trabalho aparentemente livre, ao qual se ligava um salário, quando examinado com cuidado, revela encobrir relações de produção que implicavam em dependência pessoal do trabalhador a seu patrão (CARDOSO, 1988, p.69).

Assim sendo, não havia meio termo nas ordens emitidas pelo senhorio proprietário de terras e de escravaria, independente que a abrangência de sua influência ocorresse em área curraleira ou na zona urbana, seu descumprimento poderia orbitar, se assim fosse necessário, entre a vida ou a morte de quem o afrontasse:

[...] quem vivia como trabalhador em engenho ou fazenda tinha que forçosamente ter que se sujeitar à disciplina rígida e unilateral da Casa Grande. O sistema de obediência do patriarcalismo não comportava meias-tintas: exigia servilismo completo, adesão irrestrita, nada de diálogo, de acordo, de conciliação. A ordem, o monólogo e não o diálogo, era o lema fundamental (LUNA, 1968, p.94).

Esse controle quase onipresente se fez mesmo ao longo do século XVII, quando os interesses dos potentados locais se sobressaem ao dos latifundiários ausenteístas:

[...] para desarticular a dominação dos grandes proprietários ausenteístas, o governo aliou-se a uma parcela da sociedade piauiense que rapidamente se organizou social e politicamente, constituindo-se minoria dominante. A partir daí, o embate entre as forças políticas locais e o poder governamental foi constante e equilibrado, vez que os governadores não conseguiam subjugar os focos de autoridades locais (BRANDÃO, T., 1995, p.87).

É nessa lógica de mercado, de acontecimentos sociais, culturais e do grande fluxo interno e externo de mercadorias que o espaço físico piauiense, particularizado na cidade da Parnaíba, a partir da segunda metade do século XVIII, vai se configurando como um significativo entreposto comercial exportador, não somente para atender a demanda interna, mas sobretudo para satisfazer as necessidades de outras regiões especialmente com a oferta de gado *vacum* e da charqueada, cuja venda criara um laço de integração comercial e territorial com as demais províncias.

O boi, servindo como subsídio para o abastecimento alimentar da comunidade local e preso a ciranda da economia piauiense vinculada à exportação, não tem sucedâneo nessa paragem litorânea de Parnaíba. Serve de meio de transporte, de força de tração para trapiche, de fonte de subsistência local e regional e dele aproveita-se o couro para diversos fins que na estreita faixa de terra ao norte da Província fez “[...] emergir uma sociedade que desde seu nascedouro, apresentou uma atividade econômica baseada na indústria do charque, que oferecia à Vila de São João da Parnaíba conotações diferentes do restante da província” (MENDES, 2007, p.10).

Desta feita, o escravo negro e o escravismo, aqui empregados, não se configuraram apenas como uma mera relação de produção ou uma mera instância jurídica, mas se concretizou e se constituiu de personalidade própria, moldando-se e adaptando-se ao ambiente existente, forjando um sincretismo particular na vida de homens livres e cativos, criando e recriando conceitos e idéias, permitindo relativizar as convenções sociais, culturais e humanas implícitas ao norte da província.

Na descrição feita por Mendes (2007, p.11), sobre Parnaíba em meados do final dos oitocentos e início dos novecentos

[...] Parnaíba de portas abertas para o mundo, cria uma sociedade onde os contatos com pessoas de outras regiões do país e até do estrangeiro vai permitir surgir uma vila com um sentimento de autonomia extremamente elevado, liberta do isolacionismo que o sertão impunha ao restante da Província.

Assim é que, se a tradicional historiografia julgou necessário salientar e resgatar, na memória da história, a importância dos grandes devassadores e criadores ou os manufatureiros exportadores de carne salgada, como os aguerridos desbravadores da Casa da Torre que invadiram os sertões piauienses ao sul e os Dias da Silva, que empreenderam uma bem sucedida indústria de charque que ajudaram na transformação e no engrandecimento de uma pequena vila na mais promissora cidade piauiense, em nosso segundo capítulo,

procuraremos apontar quão importante foi a atuação do negro escravizado nas mais diversas atividades econômicas e mercantis empregadas nesse espaço físico cuja economia se encontrava em franca expansão e conectada com as demais províncias da colônia e posteriormente a do próprio Império, onde Parnaíba, particularmente, constituiu uma sociedade diferente em sua organização social, em sua produção econômica e na forma de se relacionar com o mundo do começo do século XIX.

3 TRABALHO DO AFRODESCENDENTE NA ECONOMIA DO PIAUÍ OITOCENTISTA E NOVECENTISTA

Não se pode falar em processo de exploração e colonização portuguesa no Piauí, sem que antes possamos fazer uma referência ao negro escravizado que, junto com os primeiros exploradores, a exemplo de Domingos Mafrense e dos Garcia d'Ávila, adentrou os sertões do Estado ao sul e posteriormente se consolidou como o braço laboral elementar ao intenso comércio de bovinos e muares no restante da região. Não visto como um homem livre e assalariado, ou parceiro e sesmeiro, mas como elemento arraigado ao trabalho árduo que esse duro solo escasso de água e umidade imprimia, pois para Mott (1985, p.77): "O clima excessivamente quente, a aridez de grande parte de seu território, o espectro constante das secas periódicas, tudo isto estava longe de constituir o eldorado buscado pelos imigrantes europeus."

Contudo, análogo à sociedade canavieira litorânea do Nordeste ou a mineradora do atual sudeste brasileiro, não fugiu à regra o universo social, econômico, humano e cultural pecuarista piauiense:

[...] nada se fazia sem escravos. Saía-se à rua carregados em liteiras por escravos. Para montar, para vestir, para comer, para banhar-se, para tudo era mister escravos. Era ele o moleque de brinquedos, o negro de recados, a mucama da casa, a ama de leite, o trabalhador, "o pau-para-toda-obra", o culpado pelas desgraças, o objeto de prazer (FERLINI, 1984, p.79).

A psicologia social mercantilista imposta pela Metrópole portuguesa ao trabalho na sua Colônia americana ao sul do Equador induziu à idéia de que um homem livre, sem escravos, podia considerar-se pobre, mesmo com posses. Desta feita, atrelou-se à economia do sertão pecuarista e da indústria manufatura do charque no litoral, o trabalho compulsório do negro, até porque, associado ao imaginário da época, a montagem, o aparelhamento e a manutenção infra-estrutural da fazenda como a construção de aguadas, da derrubada de árvores para as cercas dos currais, da capina em geral e a fabricação de utensílios mais grosseiros, básicos na vida das fazendas e o árduo trabalho nos tanques de beneficiamento do couro eram pouco gratificantes pecuniariamente e vistos com menosprezo pelo homem livre:

[...] embora todos os fatores internos induzissem ao trabalho livre ou a outra forma qualquer de trabalho compulsório, na pecuária piauiense, predominou o escravismo

devido às exigências da consolidação e preservação de uma sociedade colonial da época mercantilista (BRANDÃO, 1999, p.29).

Para esses indivíduos que ajudaram a forjar o sincretismo social, cultural, econômico e humano da sociedade piauiense, a condição de elemento reduzido ao cativo era a mesma que em outras sociedades também escravistas, pois sugerido por Brandão (1999, p.115): “O surgimento e a evolução da sociedade piauiense não se fez de maneira aleatória, fora dos padrões colonialistas.”

Sendo a colônia brasileira a principal subsidiária econômica da Coroa lusitana desde meados do século XVI, já com seu intercâmbio comercial com o Oriente das especiarias e artigos diversos em franca decadência, o Piauí, com seu suporte pecuário e extrativista, não poderia ficar fora do caráter estrutural mercantilista que aqui se impôs e que tinha como objetivo central a acumulação de riquezas, pois para Brandão T. (1995, p.38): “Esta estrutura começou a ser implantada na segunda metade do século XVII quando os conquistadores, misto de apresadores e criadores, iniciaram a instalação de currais e passaram a receber títulos de posse da terra.” Ainda porque no Piauí, o desbravamento realizado no século XVII foi feito também com pessoas oriundas de outras regiões, que traziam consigo não somente o gado mas, também, os primeiros escravos para cá. Com isso, a cultura escravista foi tomando forma na sociedade colonial piauiense.

Assim, sendo ele nivelado à condição de objeto, mercadoria comerciável, obrigatoriamente pertencente a alguém, foi aos poucos animalizado, tendo como missão a de executar trabalhos pesados e degradantes ao homem branco. Considerado como elemento inferior, sem capacidade de assimilação intelectual, necessitava ser tutelado, representado:

[...] era a espoliação do negro cativo que fazia os marqueses e os barões, sustentava o luxo das “sinhazinhas” e o orgulho das “sinhas donas”, pagava os passeios à Europa e os estudos dos “joiôs” bacharéis, construía a imponência dos solares na Corte e fazia a fatura nas casas-grandes (LUNA, 1968, p.62).

Naturalmente o Piauí desponta economicamente a partir do momento em que o gado passa a ser exportado para os Estados vizinhos e até mesmo para o exterior, como a Guiana Francesa e Portugal. Para Brandão W. (1995, p.28), em uma análise sócio-histórica, foi necessário o trabalho compulsório negro à medida que o quadro econômico se diversificava, não somente arraigado a economia pecuarista e da indústria da charqueada, mas também para uma economia voltada para a subsistência da própria região na produção de milho, fumo, arroz, feijão e mandioca, produtos básicos na alimentação dos habitantes das

fazendas, das incipientes vilas que surgem em meados do século XVIII e da própria carência local em gêneros de primeira necessidade

[...] a estes, em virtude de sua condição jurídica, nega-se a caracterização de classe, obviamente. Ainda que, de fato, seja a força de trabalho que propulsiona a economia da região, inutilmente se procuraria neles identificar uma classe social, por lhes faltar a indispensável consciência profissional.

Ademais, é pertinente a feliz observação de Luna (1968, p.60) quando menciona a condição do negro escravizado diante a legislação da época, cujos maus tratos corporais e psicológicos empreendidos por seus senhores e, até mesmo por capatazes e livres em geral, chegavam aos extremos de levá-los à morte sem que ocorresse uma penalidade compatível ao agravo do agressor:

[...] do ponto de vista jurídico, na sociedade capitalista-escravocrata, o negro era considerado "coisa", sem vontade, sem direito de sentir, incapaz de expressar o próprio pensamento. Era um autômato, propriedade e utilidade dos senhores, excrescência humana, com uma única finalidade: obedecer as ordens recebidas. Sem personalidade jurídica, era um apêndice da sociedade.

Dentro da tradicional historiografia brasileira alimentava-se no passado um amplo debate acerca da utilização, significativa ou não, do negro escravizado na economia pecuarista nordestina, em especial, a piauiense. Esse embate temático, defendido negativamente por historiadores renomados como Caio Prado Junior, Celso Furtado e Roberto Simonsen, sob certos aspectos, estava confortado na medida em que a economia criatória, aparentemente, não carecia de um contingente tão expressivo de mão-de-obra para a labuta bovina ou para outra atividade da maior complexidade que pudesse se desenvolver na Província:

[...] Ao contrário do que ocorria com a economia açucareira, a criatória, não obstante nesta não predominasse o trabalho escravo, representava um mercado de ínfimas dimensões. A razão disso está em que a produtividade média da economia dependente era muitas vezes menor do que a principal, sendo muito inferior seu grau de especialização e comercialização (FURTADO, 2004, p.65).

Para àqueles, seria natural, portanto que o grande latifundiário acabasse se isentando, obviamente, do ônus pecuniário na aquisição e reposição de escravos negros para uma atividade econômica de menor expressão e que servia apenas de suporte para a atividade mercantil do litoral e da zona mineradora já que o aumento do plantel bovino se auto-regulava na medida em que o gado invadia um imenso território quase inexplorado, sendo criado a

ermo, alimentando-se do capim nativo e bebendo em aguadas salobras, próprias a sua sobrevivência, sob a vigilância de alguns poucos agregados, capatazes, boiadeiros, índios ladinos e, por vezes, escravos fugidos de outras regiões ou adquiridos a preços cômodos:

[...] as instalações duma fazenda, como referi, são sumárias: currais e casas de vivenda, tudo de construção tosca, é quanto nelas se encontram. O pessoal empregado é reduzido: o vaqueiro e alguns auxiliares, os fábricas (PRADO JÚNIOR, 2004, p.192).

Necessariamente, a penetração do boi pelo interior do Nordeste brasileiro e a exploração do território por elementos de outras regiões foram frutos do antagonismo imposto pela excelência que se dava à lavoura canavieira, consubstanciada pela proliferação de engenhos e a natural necessidade de terras para seu plantio, em detrimento ao crescente plantel bovino, pois:

[...] amudaram-se as desavenças a ponto de tornar-se inadiável a intervenção da Coroa; e esta assim o fez, determinando, por carta régia datada de 1701, o afastamento do gado num mínimo de dez léguas das imediações dos plantios. Os canaviais e os mandiocais não se podiam afastar da beira-mar, onde deitaram raízes e onde estavam as fábricas de beneficiamento e os portos de embarque; mas o gado, locomovendo-se sobre as próprias patas, teve os ásperos caminhos do interior: iniciava-se, com isso, o desbravamento das incultas regiões sertanejas (GOULART, 1965, p.17).

Tais conclusões, tradicionais dentro de nossa historiografia, almejam obter, em uma análise específica, um caráter convergente para o aspecto econômico e vinculado ao domínio territorial, pois à Metrópole, a penetração pelo sertão atenderia também a ocupação de um espaço físico geográfico carente do Pavilhão luso, tal qual nos atesta Linhares (1995, p.8):

[...] assim, a expansão da fazenda de gado para a fronteira aberta traduz, não apenas uma determinação de natureza econômica e prática, qual seja a de garantir as áreas de litoral baiano e pernambucano para a grande lavoura, e neste caso, se justifica a expressão de Celso Furtado quanto ao caráter periférico, embora não autônomo, do sertão (retaguarda do litoral agro-exportador), como também, e sobretudo, política: a de assegurar a ocupação do território para a Coroa.

Diante disso e associado a uma atividade econômica que estivesse apta às inerências próprias da região, dado o regime econômico colonialista, então dominante, o pastoreio não poderia oferecer uma perspectiva de exportação de produtos que concorresse ou fosse similar a economia açucareira ou da região das minas, pois:

[...] zonas “muito longe”, solo árido, onde só medram capim que não servem senão para pasto de gado. O problema da distância tinha, no caso, importância de relevo. No quadro rudimentar da economia da Colônia, somente o pastoreio podia vencer nas paragens longínquas, pois a dependência dos mercados externos reclamava a vizinhança dos portos de embarque, nenhuma atividade logrando superar o ônus do transporte, dispendioso e difeíl (PORTO, 1959, p.32).

Também assim nos confirma Brandão (1999, p.40) sobre a penetração e a devassa a que foi submetido o solo piauiense que: “[...] ficou, portanto, a cargo da iniciativa particular, evidentemente com o aval da Metrópole, a tarefa de alargar as fronteiras da colônia, conquistando e povoando seu interior”.

Correlacionado à expansão territorial, a opção pelo trabalho do escravo negro se fez na banda oriental do Parnaíba pelo fato da escravidão ser vista e aceita, no imaginário do homem livre, como intrinsecamente representativo, porque o escravismo, do âmbito econômico, estendeu seus tentáculos ao aspecto social e cultural concedendo ao proprietário de escravo a imagem de pessoa de projeção e prestígio, vinculando-o necessariamente ao poder político e econômico local, transcendendo às nuances da esfera pública e privada já que a escravatura no Piauí extrapolou a condição de uma instituição econômica, onde a posse de escravos, além de lucrativa, era também um indicador do nível do proprietário “[...] a escravidão que já se apresentava como parte do sistema colonial das regiões produtoras para o grande comércio impôs-se como elemento caracterizador da estrutura social que se estabeleceu no Piauí” (BRANDÃO, 1999, p.168).

Nas atividades econômicas extrativistas ou manufactureiras exercidas no território piauiense do final dos oitocentos e no primeiro quartel dos novecentos, a aplicação do trabalho do negro escravizado esteve relacionada tendenciosamente à auto-suficiência das fazendas e para a provisão dos primeiros núcleos urbanos que extrapolava, inclusive, o âmbito alimentar, ligando este apêndice econômico diretamente ao trato da terra, pois as distâncias que separavam uma unidade produtora da outra e também dos grandes centros provocavam uma variante de funções para os cativos, pois como nos informa Falci (1995, p.135): “Numa sociedade pobre, onde os níveis de consumo eram restritos, quase tudo que se precisava era fabricado em casa.”

Obrigatoriamente, todos os elementos que circundavam a vida econômica, social e histórico-cultural piauiense deviam, de alguma forma, se esforçarem para sobreviver ao seu duro cotidiano: “[...] algumas profissões foram exercidas só por um dos sexos: mas as profissões de criado, servente, serviços domésticos, cozinha, costura, carpina, roceiro e tecelão foram exercidas indistintamente por ambos os sexos.” (FALCI, 1995, p.125).

Ainda para Falci (1991, p.25), em seu trabalho sobre a condição da criança no Piauí, os afazeres domésticos nas fazendas e sítios da zona rural e as atividades diversificadas da economia nas primeiras vilas da Província piauiense, independiam de idade e condição física atribuída ao cativo negro, já que ele constituía o elemento basilar no modo de produção implícito à sociedade colonial da época:

[...] se durante alguns anos, talvez entre os 4 a 7 anos, os filhos dos senhores, os sinhozinhos, brincavam com os escravinhos, as oportunidades do gozar a vida, aberta, astuciosa e corajosa ficarão restritas aos mais beneficiados pela sorte. Pobres e escravos deverão ajudar aos familiares a apanhar água na fonte, cortar lenha, apanhar ramos de árvores para alimentação de pequenos animais. E assim a sociedade hierarquizada se construirá.

Destaca ainda Falci (1995, p.122), em sua mais graciosa obra, *Escravos do Sertão*, que

[...] numa sociedade pré-industrial e pastoril onde água canalizada, serviço de esgoto, de telefone, noticiários em jornais ou revistas ainda não existiam, os chamados “meninos de recado”, o molecote que antecedeu o telefone, ou os “meninos de botar água” ou aguadeiros de Debret, que conduziam as cargas d’água nos jumentos às portas da casa, são, dentre muitos outros, exemplo de atividades dos meninos.

Certamente, a grande aplicabilidade do labor do negro escravo foi na agricultura de subsistência por ser praticada sem uma maior especialização de quem a executava e para garantir a subsistência não só dos provincianos, assim como para isentar o proprietário de escravos de um ônus a mais em sua economia doméstica (porque para Mott (1985, p.54): “Todos os viajantes, memorialistas e homens públicos que escreveram sobre o Piauí na época Colonial são unânimes em referir-se ao descaso com que os sertanejos tratavam esse tipo de trabalho.”

Assim nos é exemplificado no plantel de Simplicio Dias da Silva onde, sugerido por Falci (1995, p. 138): “Percebe-se e comprova-se a já citada variedade das especializações, embora predominasse a ocupação de roceiro que correspondia a 35% dos escravos” cujo manejo da enxada, do terçado e das técnicas de produção eram repassados aos mais jovens ou menos experientes de geração a geração, porque na abertura de picadas para o plantio de milho e feijão ou para outro produto do extrativismo vegetal era feito aos moldes da tradicional coivara indígena com a derrubada e posterior queimada das árvores.

Para Cardoso (1988, p.16), a perfeita harmonia da aplicação do trabalho compulsório no roçado se justificou na medida em que boa parte dessa escravaria, seja ela importada ou nascida no Brasil, já possuía uma longa e familiar experiência no trato com a terra:

[...] como a América pré-colombiana, a África negra era extremamente heterogênea em suas formas de organização econômico-social. Contudo, na maioria das sociedades negro-africanas praticava-se uma agricultura de enxada à base de coivara. O ferro era já correntemente usado para confeccionar os instrumentos de produção. Em certas regiões, a agricultura intensiva de horta completava a produção extensiva de cereais e tubérculos.

Com o solo já preparado, tendo aqui exemplificado o plantio de milho e feijão, era feito covas de 5 a 8 centímetros de profundidade, na qual eram depositados alguns grãos de ambos os produtos para que assim houvesse o melhor aproveitamento do espaço físico concedido a esse fim, no qual era complementado com o plantio de leguminosas e hortaliças em geral, sendo, por vezes, incorporado à alimentação dos indivíduos escravos alguma caça silvestre como a paca, o porco do mato ou o jacu, animais abundantes em nossas matas e que eram bem aceitos no paladar do escravizado.

Em momentos de fortuna, são servidas aos infelizes de maneira parcimoniosa, algumas gramas de carne verde e um pouco de tocinho de porco misturados a farinha de mandioca e ao feijão, complementados com frutas tropicais como a laranja e a banana, pois e, em especial para a escravaria, no dizer de Furtado (2000, p. 64): “Na Colônia, a alimentação era em geral deficiente e ruim, e muito frequentemente aconteciam crises de fome.”

A possibilidade que o escravo tinha em cultivar um pedaço de terra para o consumo próprio ou até mesmo pelo fato de estar ligado à criação bovina ou à manufatura da carne e do couro, não o excluía da possibilidade de passar fome. Análogo ao escravo piauiense, Furtado (2000, p. 64), em seu trabalho referente à sociedade colonial, nos faz um relato da descrição preocupante feita por José Antônio Mendes, cirurgião e morador das Minas Gerais, sobre a alimentação da escravaria em 1770:

[...] o angu, que é feito de fubá, isto é, farinha de milho muito mal feita no moinho, feita a dita massa sem sal, esta fica feita à noite com algum resto de feijão, que sobejou da ceia, e assim tudo frio é o almoço, de que atualmente usam: o jantar é sempre um pouco de milho cozido em um tacho de cobre.

É interessante abordar que essa camuflada liberdade concedida para o cultivo e à apropriação de um terraço para o complemento de sua alimentação está intimamente atrelada à contenção de despesas e ao fator psicológico, já que assim o dono de uma escravaria alcançava dois objetivos: desencorajava a ânsia da fuga, já que o escravo possuía uma relativa independência, e se abnegava de melhor alimentá-lo, em caso de doença:

[...] em todas as colônias escravistas, para diminuir as despesas de manutenção e de reprodução da força de trabalho, eram dadas parcelas de terras em usufruto a muitos dos escravos e se lhes concedia o tempo necessário para cultivá-las, com exceção de períodos como, por exemplo, a safra de cana e de fabricação do açúcar, no caso dos engenhos (CARDOSO, 1988, p.53).

Correlacionado ao labor rotineiro do escravo negro nas fazendas curraleiras ou na manufatura do charque, cujas práticas econômicas e produtivas foram as que mais se destacaram inicialmente na Província, até mesmo para a construção e cobertura das casas eram aplicados seu trabalho, onde a retirada do barro das olarias obrigava-os a permanecerem longas horas com água até a altura da cintura para, só posteriormente, remeter as “telhas de perna” ao fogo subterrâneo das caieiras ou à alta temperatura dos fornos de barro:

[...] por ocasião da cobertura de uma casa de telha alugava-se o trabalho de escravos que entendiam de trabalho de confecção da telha e cada escravo ficava encarregado da fabricação de um monte ou lote de 25 telhas que seriam dispostas todas juntas e amarradas. Para que todas do mesmo tamanho pudessem ser agrupadas e se encaixassem, o escravo colocava uma marca na telha quando o barro estava ainda se solidificando (FALCI, 1995, p.132).

Nas fazendas de gado vacum ou cavalariço, o regime de trabalho começava antes mesmo do nascer do sol, independente de condição climática ou meteorológica, enveredando o anoitecer, cuja atividade extrapolava a dimensão do espaço físico da fazenda, onde era comum ao elemento escravizado acompanhar o “passador de gado”, homem contratado pelo criador, às feiras de venda de gado em pé, como as de Capoeira, Nossa Senhora de Nazaré e São João da Mata, todas no Recôncavo baiano e pontos certos de negócios.

Essa empreitada fatalmente estava condicionada a longas viagens, as condições precárias dos pastos existentes pelo caminho e ao itinerário que alternava em períodos de chuva, passeios lamacentos e esburacados e, em épocas de verão, verdadeiras nuvens de poeira somadas ao sol abrasador, levando a depreciação, não só o rebanho, mas também ao negro cativo, pois como era comum, ele estava submetido a uma dieta alimentar de poucas calorias, composta em geral de farinha de mandioca e um pouco de carne seca, onde era

raramente servido um pouco da carne verde de uma rês que, vez por outra, era abatida ou vitimada pelos atropelos do percurso:

[...] o negro ajudava o senhor ou o vaqueiro no costeio do gado quando nas vaquejadas, ou em busca das feiras; tratava das cavalgaduras, dos arreios, dos currais e cercados, chiqueirava as miunças, separava os bezerros das vacas, fazia a ordenha, cuidava das bicheiras, tudo sob as vistas do vaqueiro ou mesmo do senhor (NUNES, 2007, p.251).

Há de se entender que, diante das inerências próprias da ocupação do espaço físico das fazendas curraleiras e das conseqüentes distâncias em que as mesmas se encontravam uma das outras e, até mesmo dos principais núcleos urbanos, a auto-suficiência era mister à sobrevivência do homem piauiense, seja ele livre ou escravo:

[...] Com relação aos ofícios e serviços como a tecelagem, carpintaria, construção, cerâmica e outros, estes eram atendidos em sua grande maioria pelos escravos e elementos subordinados, assegurando relativa independência às fazendas (BRANDÃO, 1999, p.77).

Já no espaço geográfico que se configuraria posteriormente como Parnaíba e sua região circunvizinha, ainda que esporadicamente, o aproveitamento exploratório territorial e econômico na área mais setentrional se fazia antes mesmo da entrada dos criadores e devassadores das da zona meridiana, onde conforme as palavras do padre Melo (1994, p.190-191):

Os primeiros brancos que conhecemos residindo no litoral piauiense foram Nicolau de Resende e seus companheiros que, segundo Gabriel Soares de Sousa, naufragam quase às nossas praias em 1571, e foram bem acolhidos pelos Tremembés, com quem conviveram pacificamente.

Também a historiografia piauiense nos aponta vários relatos de empreitadas exploratórias comandadas por Pero Coelho de Sousa (1603), Leonardo de Sá (1699) e da posse de terras, desde 1710, pelo coronel Pedro Barbosa Leal. Aquelas, sem a fixação definitiva do homem a terra, pois conforme Brandão, T. (1995, p.52) a gama de aventureiros era compelido pelos objetivos explícitos das entradas e das bandeiras:

[...] os transeuntes militares, religiosos e civis preocupavam-se com o conhecimento geográfico da área e com o indígena que seria aprisionado ou submetido à catequese. As pessoas envolvidas nestas atividades não tinham interesse, nem razões, para se

fixarem definitivamente no local. Na época a região assemelhava-se a um corredor migratório.

É somente no limiar do século dezoito que efetivamente ocorrerá uma ocupação externa mais intensa do território, vindos da região litorânea nordestina como das capitâneas do interior como as de Goiás e norte de Minas Gerais, pois esse momento se caracterizou, sinteticamente, pela conquista da terra aos naturais e pela própria inserção da região ao contexto colonial brasileiro, atraindo uma gama de aventureiros:

[...] No início do século XVIII, foram instaladas as primeiras indústrias de couro e charque, fundadas pelo coronel Pedro Barbosa Leal, no litoral do Piauí. Nos meados do mesmo século, aparecem as indústrias de couro e charque de João Paulo Diniz. Por volta de 1770, o português Domingos Dias da Silva instalou suas indústrias, na vila da Parnaíba, de couro, charque e embarcações (MARVIGNIE; MOREIRA, 2007, p.59).

É pertinente também salientar, nas palavras de Branco (1983, p.76) quando faz menção a ação missionária da Igreja nos baixios do Delta piauiense, que:

[...] ao lado dessas expedições militares, visando a expulsão dos invasores e o domínio do gentio, ocorreram também as missões apostólicas, visando sua catequese. É o caso das entradas do Padre Cristovão de Lisboa, do paulista padre Antonio Ribeiro, do português Pedro Pedrosa, e do próprio Antonio Vieira.

Este dado nos remete a crer que a concessão de sesmarias, sítios, fazendas e a instalação de futuros vilarejos e vilas, com o aval da Coroa lusitana nas cercanias do delta do Parnaíba, era apenas uma questão de tempo haja vista quão vastas são os documentos acerca da possibilidade de uma ligação econômica e político-administrativo dos “sertões de dentro” com outras regiões da Colônia e da própria Europa através do caudaloso Rio para o escoamento das chamadas “drogas do sertão” e produtos diversos como o açúcar, o algodão e o arroz, como nos aponta Mendes (2008, p.9):

[...] A idéia de um porto marítimo para a região litorânea, que no futuro se constituiria na Capitania do Piauí, surgiu em 12 de Janeiro de 1699, quando uma determinação do Conselho Ultramarino de Portugal ordenava ao governador de Pernambuco, Dom Fernando Matias de Mascarenhas de Lencastre, a quem o território piauiense estava sob jurisdição, para fazer uma sondagem no rio Parnaíba e em sua foz, bem como estudar a viabilidade da construção de um porto e o erguimento de uma vila.

É assim que, arraigado ao crescimento econômico de Parnaíba, às margens do rio Igarapé, começou a funcionar desde meados da segunda metade o século XVIII, pomposas charqueadas, que produziam e comercializavam carne e couro com outras regiões da Colônia, além de gradualmente começarem a exportar para a Europa. De acordo com Tajra e Tajra Filho (1995, p.137): “Ao final do século XVIII eram exportados cerca de 120 a 180 mil bois por ano, sendo que grande parte saía pelo porto da Vila de São João da Parnaíba, o primeiro centro comercial do Piauí.”

Para termos uma idéia do dinamismo econômico que imperava no litoral piauiense desta atividade produtiva e fazendo um comparativo econômico ao vizinho estado do Ceará o seu auge no comércio bovino e das charqueadas em nada se comparava ao vivido pelos piauienses, especialmente daqueles que habitavam a Vila de São João da Parnaíba:

[...] a nova indústria deu aos centros exportadores grande desenvolvimento: os portos viviam coalhados de embarcações para o transporte de carne seca e do couro, avaliando-se que cada sumaca carregasse carne de cerca de dois mil bois. No Aracati, principal empório da indústria, calcula-se fossem abatidos 50 mil bois por ano e tão vivo se fazia o comércio que, em 1700, o movimento exportador, na maioria carne, se elevou a 1.200.000 contos (PORTO, 1959, p. 50-51).

Parnaíba passara então a se distinguir do restante das outras vilas da Província graças ao fluxo cada vez mais crescente de produtos alavancados com o cíclico comércio que se fazia do interior para o litoral e deste, não só para os moradores interioranos da Província, mas também para áreas que compreendiam o sul do Maranhão, oeste baiano e o planalto central, abarcando terras do atual Goiás, Mato Grosso e norte das Minas Gerais:

[...] recebia anualmente a visita de navios. Sumaca de 130 toneladas, escunas de mais de 80 toneladas, inclusive de firma francesa, mostram a importância do comércio que ali se processava. Dezenas de barcos e botes faziam a navegação pelo rio Parnaíba e trabalhavam em carga e descarga das grandes embarcações marítimas. Cerca de 60 canoas de vários tamanhos serviam na vila, em seu termo a lavradores, pescadores e negociantes (FALCI, 1995, p.18).

Tão pulsante era a matança de reses para o processamento das carnes e couramas e do intenso comércio de artigos variados nas imediações do “Porto das Barcas” que, Mott (1985, p.31), em sua obra Piauí Colonial, aponta para a preocupação do Ouvidor da Capitania à época Antônio Durão com as doenças e moléstias que faziam padecer os moradores da vila:

[...] como o principal negócio que nela se faz consiste nos gados que se matam nas feitorias e estas ficam arrimadas à Vila, é natural padeçam as epidemias que quase

todos os anos experimenta, porque o fétido que causa o sangue espalhado e mais miúdos de tantos milhares de reses que se matam no pequeno espaço de um até dois meses, rompe o ar com muita facilidade e produz o dano apontado.

É certo que, pela insalubridade da confecção da carne seca e pela quantidade de bois abatidos anualmente em Parnaíba, grande parte desse trabalho era feito pelo negro escravo, na medida em que, conforme o decorrer da época, essa atividade não era confortável ao branco, mesmo que este, irrefutavelmente, fosse pobre:

[...] No Piauí o preparo das carnes secas obedecia a duas modalidades: de tressalho e a posta. A primeira, originava-se das mantas, em número de duas, formadas pelas massas musculares que cobriam o pescoço, as costelas e os flancos; a segunda, provinha dos quartos dos rês, que davam seis postas, duas por traseiro e uma por dianteiro. Colocavam-na a secar em taboleiros, após o que era recolhida aos armazéns. Por ocasião da exportação, empilhavam-se as mantas nos porões dos navios, indo algumas em garajás (GOULART, 1965, p.95).

Este fluxo mercantil teve um reflexo expressivo no desenvolvimento populacional da região de negros escravizados à medida que a empresa do charque e do couro se expandia e com ela toda a relação de produção intrínseca a dureza na sua confecção, já que esta atividade era considerada pouco digna para o homem livre, não apenas pela sua natureza, mas pelo próprio ambiente das oficinas:

[...] pela quantidade de elementos de pele escura, principalmente destacando-se os pretos, pode-se atribuir que a grande quantidade desses moradores eram escravos. Mesmo porque em 1797, portanto 27 anos depois da instalação da primeira empresa, 33,13% da população era escrava, sendo que, entre esses, 92,64% era composta de negros (BRANDÃO, 1999, p.147).

É fácil imaginar que a aquisição de um escravo para as atividades domésticas ou para qualquer outro empreendimento se fazia obedecendo a lógica do mercado e da variável econômica em uma dada região. Em Parnaíba, um cidadão comum, se propunha, mesmo que as duras penas, ter a sua disposição um escravo, pois para Brandão (1999, p.154): “Isso significa dizer que não havia uma relação direta com o interesse de acumulação de bens, mas uma relação muito mais social na posse do escravo, não apenas alívio do trabalho braçal, mas uma ostentação de posição social”:

[...] o preço do escravo depende da concorrência, da distância entre o porto de embarque e o ponto de venda, da especulação, da conjuntura econômica, depende ainda de sua idade, sexo, saúde, de sua qualificação profissional (MATTOSO, 1982, p.78).

Em face ao volume mercantil que se operava em Parnaíba, a necessidade da criação de uma alfândega tornou-se cada vez mais latente já que, para os comerciantes da Vila, a operação de despacho e recebimento de mercadorias tinha que passar pela alfândega maranhense causando lesão econômica aos locais.

Diante disso, podemos crer que os registros alfandegários referentes a comercialização de gado e de seus subprodutos, naquele momento, não estavam diretamente ligados à Parnaíba e aos resto da província como pólo de exportação bovina, levando não somente os agentes da Fazenda portuguesa a erros sistemáticos na real localização do ponto de partida dos produtores bovinos, mas também como podemos comprovar abaixo, a historiografia que foi se configurando posteriormente, especialmente ao longo do século XX:

[...] em 1759, pelos navios da frota da Companhia de Comércio do Pará-Maranhão, foram embarcados nada menos de 171.000 meios de sola, 95.640 couros em cabelo e 29.000 atanados, tudo no valor aproximado de 2000.000 libras esterlinas. Estes couros vinham do interior, principalmente no Maranhão, onde o criatório era mais desenvolvido do que no Pará (GOULART, 1966, p.23).

É de se notar que à Parnaíba não foi dada a devida liberdade e oportunidade político-administrativa como nos descreve Oliveira (1995, p.73): “O governo da Capitania, e depois Província, não concedia a Parnaíba a merecida atenção, porque acostumou-se a voltar-se para dentro, enquanto Parnaíba transformava-se verdadeiro enclave econômico, voltado para fora.”

Finalmente em 1817, D. João VI, já instalado no Brasil a quase uma década por conta dos conflitos bélicos no Velho Mundo, criou uma alfândega em Parnaíba, mesmo que esta só viesse a operar com o registro de cargas, embarcações e cobranças anos depois, baseando-se em disposições da Carta Régia de 17 de Janeiro de 1799 que concedera permissão de comércio e navegação aos habitantes do Ceará diretamente para Portugal:

[...] as disposições contidas naquela Carta foram mantidas pelo Decreto Real de 22/08/1817 que instituiu a alfândega da Vila da Parnaíba. Os intuitos de D. João VI, criando-a, expressos no ato régio tiveram em vista o desenvolvimento da agricultura prejudicada pela obrigatoriedade dos produtos passarem pelo entreposto do Maranhão e Pernambuco. Dizia o ato que para lá os habitantes da Capitania do Piauí são obrigados a levá-los com grandes despesas e riscos (FALCI, 1995, p.19).

Naturalmente que, se parte da economia provincial piauiense estava alicerçada na criação bovina e na manufatura da carne e de seu subproduto, portanto em uma economia primária, sua decadência, antes mesmo da segunda metade do século XIX, seria apenas uma

questão de justaposição econômica, política e fiscal de outras regiões da Colônia e posteriormente do Império

[...] o Piauí constituiu os fundamentos de sua economia na pecuária. O mercado da carne, do couro e do boi vivo imprimiram orientação a toda política econômica e normas administrativas da Capitania e da Província. Foi a criação de gado a maior e quase única fonte de riqueza do Piauí (FALCI, 1995, p.24).

Esta proposição está assentada também nas palavras de Brandão (1999, p.75):

[...] demonstrou a experiência que o criatório não esteve imune às crises da economia brasileira. Entretanto apresentou-se resistente ao estado de crise, cujos efeitos se tornaram perceptíveis somente a médio e a longo prazo, devido provavelmente à sua capacidade de crescer extensivamente com baixíssimos custos monetários.

Nos reservamos aqui, por conta do nosso trabalho está correlato à condição do escravo negro na economia pecuarista e manufatureira do final dos oitocentos e começo dos novecentos, a não detalhar os diversos fatores que ajudam a maximizar a estagnação e a decadência que se sucedeu ao longo do século XIX da pecuária piauiense, já que esses elementos não estavam presos somente ao aspecto conjuntural da Colônia e da própria província, mas sobretudo ao condicionante estrutural, onde o modo de produção continuara semelhante as exigidas no início da ocupação do século XVII, a incidência de constantes e prolongadas secas que vinham a prejudicar sensivelmente o crescimento vegetativo do rebanho e a falta de crédito e de um alinhamento econômico-político da Província junto ao governo Central, onde juntos, implicaram no declínio do comércio bovino e de seu subproduto

Para além das limitações impostas ao expansionismo econômico do Piauí, também nos fala Falci (1995, p.27) que:

[...] as charqueadas se desenvolveram no Piauí entre 1770 e 1827, mas a partir dessa data predominará o charque do Rio Grande do Sul, cuja concorrência não oferecia condições de agüentar na industrialização por conta de fatores políticos, financeiros e geográficos, além de motivos especiais estabelecidos no mercado internacional no início do século XIX (1995, p.27).

A decadência do criatório e de todo o lastro mercantil e econômico que estava sob sua órbita certamente não afetou significadamente o patriarcalismo e o mandonismo dos grandes latifundiários e comerciantes do Piauí, mas forçou-os a um re-ordenamento

econômico frente às mudanças que se sucediam no restante da Colônia e posteriormente do Império das inerências que o mercado interno e externo impunha tanto ao senhorio oligarca quanto ao indivíduo livre ou escravo. Para Algranti (1987, p.24): “Desde o final do século XVIII aumentava a dependência econômica de Portugal em relação à Inglaterra, sendo que o Brasil significava praticamente a única fonte de sustentação da economia portuguesa para enfrentar suas dívidas.”

Desse paradoxo econômico é que veremos em nosso terceiro e último capítulo que os condicionantes societários impostos ao negro na Província do Piauí, quando exploramos especificamente seu *status quo* enquanto escravo, estavam implicados em uma relação hierárquica de poder articulado, não somente ao modo de produção a que era submetido, mas sobretudo como elemento simbólico e diferenciador do homem branco, como assim diz Luna (1968, p.63): “Época houve em que a importância do cidadão era avaliada pelo séquito de escravos que o acompanhava à rua. A legislação e o costume consagravam esse significado”, mas que também esses escravizados, nas nuances próprias da época, em seu pensar, sentir e agir vão, aos poucos, incrementando ao dia-a-dia do morador da Província, nas palavras, nos sabores, costumes e traquejos, o jeito particular que constituirá a sociedade piauiense.

4 ESCRAVOS DA PECUÁRIA PIAUIENSE: ENCONTROS, REENCONTROS E METAMORFOSES

A África e toda sua raiz cultural fazem parte do imaginário brasileiro desde o momento em que aqui aportaram os primeiros portugueses e seus escravos que, por força do fio da espada e da imposição religiosa cristã, impôs a este vasto território a condição de Colônia de exploração lusa. A ação conjunta do clero, dos reis lusitanos e do mercador burguês buscou definir, desde cedo, o papel que cada ator social iria desempenhar nas terras brasileiras, pois para Furtado (2000, p.12): “Em geral, funcionários leigos e eclesiásticos, dispostos estrategicamente em cada aparição pública, reafirmava a união do Estado e da Igreja na colonização.”

A força da tradição africana que chegou ao Brasil português veio com àqueles que guardaram sua identidade, seus costumes e tradições. O Atlântico Negro, ao invés de separar, acabou unindo povos e culturas dos dois continentes, separados geograficamente, mas pares na agonia, no ressentimento e na dor impostas pelo comércio de escravos. Para Moura (1992, p.33):

[...] vindos de várias partes da África, os negros escravos trouxeram as suas diversas matrizes culturais que aqui sobreviveram e serviram como patamares de resistência social ao regime que os oprimia e queria apenas transformá-los em máquinas de trabalho. Em todas as áreas de trabalho os africanos incorporavam os seus modos de vida - a sua religião, indumentária, cozinha, música, sistemas de regadio e plantações e outras manifestações culturais - àqueles habitantes mais antigos do nosso território, índios e portugueses.

Embora não tenhamos como saber o real número de africanos e seus descendentes que fincaram raízes em solo brasileiro, por meio do tráfico lícito ou ilícito e por conta daqueles que aqui nasceram, mas que nunca foram computados, especialmente pelas instituições eclesiásticas, é inegável salientar que a configuração da atual sociedade brasileira, e em especial a piauiense, em muito se deve aos milhares de homens e mulheres que, por conta de muito sangue e suor, ajudaram a transformar o Brasil em uma nação múltipla.

Múltipla não só quando nos reportamos à cor da pele ou a cor dos olhos e de seus cabelos, mas acima de tudo, pelo envolvimento social, cultural e histórico, que se configurou aos agentes sociais aqui representados, já que, mesmo um escravo sendo importado da África ocidental ou posteriormente da parte Oriental, cuja variante de composição étnica foi

expressiva, deixou marcas profundas no território piauiense, mesmo porque, na visão da época, para um melhor controle social e ideológico, era prudente que se deixasse aflorar, como fator de consolo e alívio aos dias de cativo, manifestação de cunho sincrético, em especial as que estavam ligadas a religiosidade:

[...] a religião africana vivida pelos escravos negros no Brasil tornou-se assim diferente da de seus antepassados, mesmo porque não vinham todos os escravos de um mesmo local, não pertencendo a uma única cultura. Gêges, Nagôs, Iorubas, Malês, e tantos outros trouxeram cada um sua contribuição, refundido-as à luz de necessidades e realidades novas, superpondo ao sincretismo afro-católico um outro quase sincretismo africano (SOUZA, 2000, p. 94).

É pertinente salientar conforme alguns trabalhos que tratam do escravismo no Piauí como os apresentados por Miridam Falci, Cid de Castro Dias, Luiz Mott e Tânia Brandão que a preferência na compra ou na reposição da escravaria, seja ela nacional ou importada ou até mesmo na origem de sua etnia, não era tão relevante e que variou muito no tempo e no espaço obedecendo, quase sempre, ao jogo do mercado, entre a oferta e a demanda e, obviamente, ao condicionamento físico do escravizado, conforme nos fala Falci (1995, p.40): “[...] Essa predominância dos angolenses em Campo Maior também se verificou nos inventários que estudamos em Oeiras com escravaria velha, do final do século XVIII, mas não ocorreu no grande plantel de Simplicio Dias da Silva, em Parnaíba.”

As barreiras impostas pelo branco conquistador ao acesso do cativo à mínima condição de ser humano, ser social e ser histórico foram, mesmo que a duras penas, rompidas, escancaradas e, por muitas vezes, burladas. Esses condicionantes serão gradual e parcialmente conquistados ao longo do tempo, pela penúria do dia-a-dia e pelas constantes humilhações, sejam elas físicas, morais ou psicológicas, a que eram submetidos, porque pela conjuntura que abraçava o Piauí, já pela segunda metade do século XVIII no plano político-administrativo, já no ministério de Pombal, forçou as camadas dirigentes a se ajustar a nova ordem centralizadora metropolitana, pois para Algranti (1987, p. 14): “Na colônia, a política desse ministro de D. José I repercutiu firmemente: trata-se, sem dúvidas, de um grande esforço de reestruturar a economia da metrópole através da exploração sistemática dos seus domínios ultramarinos.”

[...] a instalação da Capitania do Piauí, quarenta anos depois de criada, foi um marco importante no processo de centralização político-administrativa na região. A nomeação do governador, que tomou posse como representante do poder real, significou imposição de limites aos “potentados domésticos”. O pelourinho fincado



nas vilas criadas era indicativo que o poder fluía do rei e de que a lei do Reino deveria suplantar a do sertão (BRANDÃO, T., 1995, p.79).

Diante disso, para a trajetória histórica da sociedade brasileira que trata do escravismo, as formas de dominação impostas pelas camadas sociais dirigentes ao negro escravizado foram, sem dúvidas, as mais variadas. A que se fazia, em primazia, era por meio da agressão física, chegando ao requinte da perversão, pois para Rugendas (1979, p. 267): “o castigo do escravo por uma falta verdadeira ou imaginária, ou os maus tratos resultantes do capricho e da crueldade do senhor, só encontram limites no medo de perder o escravo, pela morte ou pela fuga, ou no respeito à opinião pública”.

Também assim nos informa Brandão (1999, p.159) para o controle que se fazia sobre a escravaria piauiense: “[...] percebe-se, entretanto, que o castigo físico era encarado como uma necessidade, não apenas como punição por indisciplina, mas também como medida preventiva, um recurso usado para manter o sistema e a ordem social.”

Contudo, esse desafortunado da liberdade sempre promoveu uma série de artifícios para manter vivas suas crenças, seus valores e ao mesmo tempo se esquivar da opressão social e humana a que eram submetidos, como, por exemplo, ao batismo promovido pelos membros da Igreja, apoiados por seus senhores:

[...] o fatalismo e o conformismo atraíam os cativos a professarem a religião católica. Deus os havia escolhido para essa missão: deveriam ser resignados e crentes, porque ganhariam a glória eterna. Os humilhados serão exaltados. Torna-se desnecessário dizer que essa afirmativa interessava aos senhores. Por outro lado, era importante para os escravos aceitar as cerimônias religiosas, pois, para eles, significavam um ritual de ascensão social (BRANDÃO, 1999, p. 162).

Essa mesma prática de imposição religiosa cristã já se fazia comum desde a saída dos africanos de seu continente. Em Uidá, Benim, há relatos de que, todo escravo antes do embarque rumo ao Brasil, tinha que dá nove voltas, no caso dos homens e sete, no caso das mulheres, em torno da “árvore do esquecimento” para que assim pudessem esquecer seu passado e sua identidade cultural.

Mas é evidente que ele não esquecia nada, pois quando aqui chegava, recriava suas divindades, seus cultos cerimoniais e suas crenças:

[...] daí porque a Igreja Católica procurou, através daquilo que foi chamado posteriormente de sincretismo, penetrar e desarticular o mundo religioso do africano escravizado, usando o método catequista, batizando-o coercitivamente, num trabalho de cristianização que nada mais era do que tentativas, via estrutura de poder, de

monopolizar o sagrado e influir poderosamente no plano social e político (MOURA, 1992, p.34).

Diante disso podemos entender o motivo pela qual a ação colonizadora no Brasil foi totalizante, porque estendeu-se ao corpo social como um todo, já que a evangelização inicialmente teve como ponto de partida a estrutura da sociedade litorânea canavieira e de lá adequou-se ao restante da Colônia. Neste sentido foram preponderantes a religião católica e a estrutura familiar de base portuguesa ante sua colônia de exploração mais rentável: Escravista, patriarcal e monocultora, onde se buscava a lucratividade dos empreendimentos econômicos e paralelamente, designava ao elemento que compunha o Clero, a missão de salvar a alma do negro e a do nativo:

[...] a fluidez da organização eclesiástica teria deixado espaço para a atuação dos capelães de engenho que gravitava em torno dos senhores: descuidando do papel do Estado e enfatizando o das famílias no processo da colonização, Gilberto Freyre insere na sua explicação aquilo que denomina de “catolicismo de família, com o capelão subordinado ao *pater familias*”. A religiosidade subordinava-se, desta forma, à força aglutinadora e organizatória dos engenhos de açúcar, integrando o triângulo Casa Grande – Senzala -- Capela; sua especificidade maior seria o familismo, explicador do acentuado caráter afetivo e da maior intimidade com a simbologia católica tão caracteristicamente nossos (SOUZA, 2000, p.87).

O Sistema Escravista que mediou a sociedade piauiense, entre o final do século dezoito e o início do século seguinte, não fugiu à regra das relações societárias entre livres e escravos tão comuns a outras regiões do Brasil e que aqui foi transparecendo, impregnando e se consolidando como agente de identificação, mas que ainda assim permitiu, ao negro escravizado, extrapolar aspectos do cotidiano, introduzindo gostos, modos, palavras e um cem números de elementos culturais que transpassou de uma mera relação de produção e poder:

[...] o escravo vai abrir nela um lugar próprio, graças ao seu “jeito”, ao seu dom de fazer as coisas, à conquista de um equilíbrio, habilidade para sobreviver, aceitação respeitosa de si próprio e dos outros. Para o escravo, o jeito é a adaptação ou a inadaptção assumidas, a astúcia que o faz viver, a esperteza nascida da experiência e forjada na adversidade, que vai marcar toda a vida brasileira, a dos homens escravos como a dos homens libertados e ainda a dos homens livres (MATTOSO, 1982, p.174).

Concomitantemente, durante a vigência do escravismo brasileiro, o negro escravizado sempre buscou transformar sua religiosidade e todos os seus padrões culturais como elemento de resistência social, criando uma força de resguardo ante a iminência da aculturação imposta pelo capricho lusitano:

[...] o sistema escravista, pelos métodos de repressão que seus representantes praticavam, repeliu os valores das culturas dominadas. Em contrapartida, os seus adeptos procuravam disfarçá-los, fazê-los aparecer de outras formas, mas sempre mantendo o seu significado simbólico inicial. Não havia como fugir da religião oficial, num tempo em que existia o monopólio do poder político e o monopólio do poder religioso, pela classe senhorial e a Igreja Católica respectivamente. Daí o mecanismo de defesa sincrético dos negros (MOURA, 1992, p 35-36).

Renato Ortiz, em sua fala de apresentação sobre a religiosidade brasileira caracterizada pela umbanda, aponta que o negro, mesmo não participando do jogo político-administrativo que permeava a sociedade brasileira no início do século XIX, conservou parte da memória coletiva de seus antepassados africanos, mesmo quando as forças sociais e políticas em gestação daquele momento se manifestavam favoráveis a manutenção do sistema escravista vigente em contraposição as falas de liberdade já operadas em vastas regiões do Ocidente, já que a escravidão aqui se fazia delimitadora das incipientes classes sociais brasileiras:

[...] apesar dos efeitos destrutivos que o tráfico e o sistema escravista imprimiram nos costumes africanos, a memória coletiva negra conseguiu encarnar-se no solo brasileiro. Preserva-se desta forma o culto de grande parte dos deuses africanos, ao mesmo tempo em que se reinterpreta determinadas práticas e costumes através das danças como o lundu, ou das embaixadas dos reis congos. Pouco a pouco a herança africana se transforma assim em elementos culturais afro-brasileiros (ORTIZ, 1991, p 21-22).

O protesto coletivo mais comum apresentado pelos cativos, durante quase quatrocentos anos de escravidão, foi à sistemática tentativa de fuga e a posterior formação de quilombos, seja ela na zona litorânea, seja nas regiões interioranas, pois estas se apresentavam como estratégias mais práticas e viáveis ante a situação de cativeiro e conseqüentemente possibilitava uma repercussão positiva, caso houvesse o sucesso no ato da fuga, àqueles que ficavam.

Ribeiro (2010, p.118), ainda que controverso sobre quão importante foi a influência negra africana e de sua propensa passividade ante a submissão cultural lusa, nos diz que:

[...] todo negro alentava no peito uma ilusão de fuga, era suficientemente audaz para, tendo uma oportunidade, fugir, sendo por isso supervisionado durante seus sete a dez anos de vida ativa no trabalho. Seu destino era morrer de estafa, que era sua morte natural. Uma vez desgastado, podia ser até alforriado por imprestável, para que o senhor não tivesse que alimentar um negro inútil.

No Piauí, há relatos de várias unidades quilombolas que se formaram mesmo em meados do século XVIII, resultando em constante prejuízo pecuniário a seu proprietário, já que o mesmo estava diretamente inserido na economia local e representava por si só um bem vendável em caso de crise financeira de seu senhor, pois para Brandão (1999, p.162): “Embora não se tenha notícia de quilombos representativos em termos de quantidade de seus componentes, no Piauí, esses núcleos formados por escravos foragidos implicavam sérias conseqüências econômicas e sociais.”

[...] como consequência das fugas dos escravos e a formação dos quilombos em algumas localidades do Piauí, o governador da Capitania teve que, em 11 de novembro de 1760, por meio de Portaria nomear Manuel do Espírito Santo capitão-do-mato do distrito da Vila da Mocha (Oeiras) a fim de extinguir os diversos mocambos e quilombos que existiam na região de Oeiras (BRANDÃO, T., 1995, p.275).

Diferentemente, em Parnaíba, com exceção do remanescente quilombola no povoado “Testa Branca”, não há relato histórico para a proliferação de quilombos ou de revoltas significativas de cativos como as que ocorriam em outras regiões do Piauí, porque possivelmente isso se deve a prática econômica aqui adotada, já que o comércio ligado à exportação e comercialização do charque, com seu mercado garantido interno e externamente, não exercia influência significativa na rotina de trabalho como nos mostra, por exemplo, a atividade canavieira cuja organização do trabalho era baseada na coerção direta e na vigilância estrita, ainda porque aqui se fazia a constante oferta de mão-de-obra escrava, fruto do comércio lícito e ilícito:

[...] no século XVII, um engenho de grande porte, como o de Sergipe do Conde, do Recôncavo, moía cerca de 203 tarefas, significando 203 dias líquidos de trabalho. Para manter tal ritmo de produção, o setor de moagem e cozimento trabalhava diuturnamente, revezando-se duas turmas de trabalhadores (FERLINI, 1984, p 38-40).

Testa Branca, pacata comunidade quilombola que resistiu ao tempo, onde é singular aos seus moradores, até mesmo na atualidade, a prática da endogamia, possivelmente sobreviveu em virtude da sede da Vila ter sido transferida para o Porto das Barcas em 1770, onde ocorria, desde muito, o desejo de atrair a sede da municipalidade aonde residia a maior parte dos moradores, os vereadores e demais funcionários da câmara, já no governo de Gonçalo Coelho de Castro:

[...] testa Branca era local onde só havia 4 casas, 8 moradores livres e 11 escravos. Enquanto isso, no Porto das Barcas havia maior população, com movimento industrial e comercial, com armazéns e casas para as oficinas. Apresentava, entretanto, a inconveniência da insalubridade provocada pelo preparo da carne e da sola que era processado bem próximo a povoação. Isso foi a causa que motivou a escolha de Testa Branca para sede da vila, local salubre, e também por ficar bem próximo à fronteira, o centro comercial e industrial. O fator econômico, nascido do comércio e da indústria, acabaria impondo prioridade para o estabelecimento do local político e administrativo (NUNES, 1981, p. 26).

Contudo, a reação contra o cativo poderia ocorrer individualmente, seja cultivando antigas tradições africanas ou incorporando à sociedade branca seus usos e costumes, o que demonstra uma não aceitação ante a escravidão e a repugnância na sua própria condição social e jurídica.

Queiroz (1987, p.41) nos fala ainda da rebeldia passiva, temida e impossível de ser contida pelo seu senhor, mas que era amplamente aplicada e em alguns casos efetivados peculiarmente pelas mulheres. Daí desabrochar no contato que temos hoje com as famosas garrafadas abortivas e os chás ramnáceos, resultado da mistura de ervas, raízes e plantas usadas em seu preparo e severamente combatidas pela Igreja por serem tratadas como atos satânicos e de feitiçaria:

[...] o suicídio, o aborto, a resistência ao trabalho foram tipos de reação frequentes, mas de caráter passivo. A escrava que não vislumbrava outro destino para seu filho, preferia matá-lo antes de nascer; o negro impotente ante o desmando do senhor recorria à morte .

Este fato contradiz a idéia de um negro manso, paciente, resignado e bem tratado por seus senhores e a afirmação de que a escravidão foi mais branda nas terras sobre dominação lusitana daquelas executadas nas possessões inglesas, na área setentrional do Continente, que de maneira alguma constituiu regra geral abordadas em obras tais quais as de Gilberto Freire, em *Casa Grande & Senzala*, e a apresentada por João Maurício Rugendas, em sua obra *Viagem pitoresca através do Brasil*, mas que se constituíram em poucos casos, como nos descreve Luna (1968, p.65):

[...] a maioria dos escravos, em tempo algum, conformou-se com o regime de cativo. A fuga, também, não deixava de ser uma forma de protesto e isso foi frequente no comportamento do negro escravo, desde que as primeiras levas aqui chegaram. Fugiam em grupos ou individualmente, homens, mulheres, e crianças e internavam-se nos matos para formar quilombos.

Rugendas (1979, p.245), para dar suporte a sua afirmação, fazendo um comparativo do colono inglês ao português, apela para vários fatores que vão desde a formação católica dos luso-castelhanos, passando pelo aspecto geográfico, climático e físico da América do Norte:

[...] num ponto estão de acordo todos os que conhecem o assunto e que observam sem prevenção: os escravos das possessões espanholas e portuguesas no Novo Mundo são infinitamente mais bem tratados do que os das colônias de outras nações européias; sua sorte é principalmente muito preferível às dos negros nas colônias inglesas das Índias Ocidentais.

Ainda diz esse mesmo observador e naturalista do século XVIII que:

[...] essa rudeza, é verdade, pode, por meio da civilização, produzir as mais nobres das virtudes, ao passo que, sob um céu pródigo de bens, o habitante do Sul não tem necessidade de fazer uso diário de suas faculdades íntimas, e por isso, parece preguiçoso e indiferente, até ver-se excitado por um acontecimento especial: mas, em que pesem as decepções que possam experimentar nossas idéias e uma vaidade talvez desculpável, o observador imparcial não deve deixar de reconhecer que o habitante do Sul empresta às suas relações diárias e à sua vida cotidiana uma certa doçura, uma certa polidez, uma certa ductilidade de espírito, uma certa humanidade, finalmente, no sentido mais lato da palavra, que se procurariam em vão no homem do Norte e, principalmente, no inglês (RUGENDAS, 1979, p. 246).

É evidente que a ideia de cativo e cativo em nada alterava a condição imposta ao negro no Brasil, mesmo se valendo de comparações às ações praticadas por outros países de bandeira européia, mas que ainda assim se faz positivo enaltecer que, o negro, independente de gênero, sempre buscou melhor se acomodar a sua real situação:

[...] a função das mulheres no interior das senzalas podia representar a reconstrução e a recriação permanente de aspectos culturais e materiais e, portanto, a edificação das comunidades escravas. Sendo a espinha dorsal na constituição de laços familiares, tinha o papel chave na transmissão oral das crenças e valores das comunidades das senzalas em gestação. Crianças escravas eriuolas recebiam por certo, como legado, por meio da família e de uma estrutura de parentesco, as experiências readaptadas pelos africanos que viviam entre elas (GOMES, 2006, p.189).

Naturalmente nos usos e costumes africanos que foram aos poucos se recriando na sociedade brasileira e que, aos poucos, se espalhou para outras regiões, o papel da mulher foi preponderante:

[...] a culinária africana foi incorporada aos hábitos alimentares da colônia a partir das mucamas que cozinhavam nas casas-grandes dos engenhos e que aí introduziam seus hábitos e condimentos. Na mesa farta dos dias de festa elas reuniam vatapá, caruru, acarajé, arroz-de-hauçá, galinha à cabidela, regados com o saboroso azeite de dendê (FURTADO, 2000, p.67).

Não por acaso, o aspecto material palpável mais expressivo da cultura africana, se fez mesmo no ambiente doméstico, em especial na culinária que acabou chegando aos nossos dias como, por exemplo, a adaptação da dobradinha, do sarapatel e da buchada, todos de origem européia, à nossa região em virtude da abundância da matéria-prima básica usada que era a bovina, cujos pratos têm como base os miúdos, as entranhas e os pés do boi, que foram aos poucos se incorporando ao paladar nordestino e piauiense.

Não é de se estranhar tal afirmação, até porque se o controle sobre a escravaria no interior das residências, no tocante ao desejo iminente da tentativa de fuga, era mais ferrenho do que àquela pela qual estava submetido o negro do campo ou do ganho, possibilitava, ao mesmo tempo, um estreito laço de convívio social que permeava certa confiança e contemplação:

[...] há ainda o caso da mainria das mucamas, negras e mulatas geralmente bem tratadas, algumas até sabendo ler e escrever e todas dotadas de prendas domésticas, protegidas das “sinhas” e “sinhazinhas”, pois lhes serviam também de confidentes nns romances de namoro e adultério (LUNA, 1968, p.47).

Ainda assim, em contra posição, poucos eram esses escravos que compartilhavam da companhia mais próxima de seus senhores, porque muitos eram vistos como delatores, sendo alvo de pragas e ódios daqueles que estavam postos à senzala, pois a grande massa do plantel escravo estava deslocada para o trabalho no campo, porquanto em geral não possuía uma mais significativa especialização laboral, onde o predomínio da utilização da mão-de-obra se fazia com o trato da terra:

[...] a “especialização” era rara porque exigia um aprendizado demorado e uma aptidão específica. Exigia ainda um interesse por parte do senhor em liberar por horas contínuas a dedicação do escravo àquele trabalho. Poderia significar, também, a perda daquele escravo. Quão perigoso não seria ensinar um ofício a um escravo, pois ele, fugindo, viveria de seu trabalho sendo até confundido com forro (FALCI, 1995, p.135).

Antagônico foi o incentivo dado por Simplício Dias da Silva, em Parnaíba, a alguns de seus escravos, mandando-os inclusive para Portugal a fim de aperfeiçoarem suas

habilidades musicais, talvez para mostrar-se singular e excêntrico, já que estas nuances serviam como indicadores do nível econômico do proprietário e confirmava-o como membro de uma fina camada cultural elitizada: “[...] Koster e Tollenare referem-se ao grande senhor de escravos, em Parnaíba, Simplicio Dias da Silva, que possuía uma banda de pequenos músicos, banda essa que mandara estudar no Rio de Janeiro e em Lisboa.” (FALCI, 1995, p, 123).

Ainda nos informa o historiador piauiense Dias (2008, p.221) que esse grande senhor da Parnaíba, possivelmente tendo recebido forte influência ilustrada européia, já que recebera esmeralda educação naquele Continente, recebia como anfitrião, ao som de música erudita, personagens que seriam marcantes para a consolidação da independência do Brasil no Piauí:

[...] ao tomar conhecimento da Proclamação da Independência do Brasil, esse grupo de pessoas esclarecidas e elevada projeção social, que freqüentavam o solar de Simplicio Dias da Silva, começa a conspirar, atraindo mais adeptos para a causa da independência, inclusive a bancada de vereadores. No dia 19 de outubro de 1822, lançam um manifesto de adesão ao 7 de setembro.

Naturalmente essa movimentação política que se avolumou do extremo norte e posteriormente ao sul da Capitania consolidava uma estrutura de poder oligárquico que expandiu seus tentáculos ao longo de todo império e aos primeiros anos da república, como dizem Bonfim e Santos Júnior (1995, p.45):

[...] o latifúndio, a violência e a pobreza do território permitem o surgimento de figuras políticas do calibre e importância do Sr. Manuel de Souza Martins, Visconde da Parnaíba. Segundo Mons. Chaves, sua participação nos eventos políticos que marcaram o século XIX no Piauí é digna de nota. Em especial, as lutas pela Independência e o combate à Balaiada são fundamentais, tanto para nossa história política quanto para a afirmação do Visconde da Parnaíba no posto de maior potentado da região naquele período. Nos dois eventos, Independência e Balaiada, temos a afirmação da estrutura política do Estado.

Àquela época, indivíduos que possuíam um estilo de vida similar ao de Simplicio Dias ou com um maleável espírito político como o Visconde da Parnaíba, que eram circundados por pessoas com sólida formação, amante das artes e imbricados em atender seus próprios interesses, de maneira alguma confeririam a algum elemento que compunha seu plantel escravo, uma margem de liberdade e aceitação ao mundo do branco, porquanto em todos os momentos eram os negros “coisificados” e “animalizados”:

[...] o escravismo contribuíra decisivamente para conferir ao Novo Mundo o seu caráter negativo, danado, infernal: não só pela má consciência do europeu que vivia às expensas da exploração ultramarina, vendo-se a cada momento compelido a justificar a escravização de seu semelhante, donde o lado negativo da polémica, a inferioridade das terras americanas, que aparece tanto nos autores utilizados por Gerbi, como pelo perigo iminente que o número superior de escravos negros acarretava à ordem estabelecida, à continuidade da dominação colonial (SOUZA, 2000, p. 373).

Esse despreço já era explícito no século XVII na figura de um dos protagonistas que ajudou na expulsão dos batavos do nordeste açucareiro: Henrique Dias. Pelo reconhecimento de sua bravura e de sua atuação em campo de batalha, foi agraciado pela Coroa lusitana com a honraria da Ordem de Cristo, título equivalente a de fidalgo, mas que, ainda assim, pelas “máculas” de sua ascendência, sofria as marcas da opressão escravocrata.

Certamente, mesmo ombreando a sua bravura, sua coragem e a sua honradez ao branco lusitano, essa falta de consideração e apreço tornava-se ainda mais perversa daquela sofrida por seu irmão preso ao cativo, como diz Moura (1992, p.41): “No entanto, Henrique Dias, após a expulsão dos holandeses, queixa-se-ia ao rei pela forma desrespeitosa e humilhante como ele e seus homens estavam sendo tratados pelas autoridades locais.”

Ainda assim, para o indivíduo que alcançava a condição de liberto ou alforriado, implicava necessariamente em ignorar os atos preconceituosos e, em alguns casos, tentar esquecer ou “branquear” suas origens, como aponta Mattoso (1982, p. 215):

O escravo candidato à alforria dá-se conta perfeitamente de que se tomará diferente: diferente dos escravos, seus irmãos de ontem, diferente dos homens livres da sociedade de adoção. E diferente também porque as oportunidades que se lhe oferecerem na vida cotidiana dependem da cor de sua pele e dos traços de seu rosto.

Há de se entender que nem mesmo a favorável condição econômica de um indivíduo seria suficiente para apagar seu berço de origem:

[...] o rico comerciante e produtor de charque em Parnaíba, o português Domingos Dias da Silva, no século XVIII, tivera dois filhos em uma escrava. Esses filhos naturais, escravos, pois nasceram de ventre escravo, Simplicio e Raimundo, tiveram suas alforrias concedidas depois do ato de perfilhação que o pai o fez por escritura pública. Simplicio e Raimundo herdaram colossal fortuna e o primeiro chegou a obter os maiores títulos na nobreza: fidalgo da Ordem de Cristo, nos confirmando que, apesar da riqueza paterna, a origem escrava necessitou da alforria para a ascensão social (FALCI, 1995, 217).

Desta forma, estar minimamente inserido no ambiente societário dos brancos permeava ser batizado na cristandade, receber um nome e ser aceito e resguardado pelos vínculos sociais que, inclusive o compadrio gerava, caso ocorresse, a malograda morte dos pais.

Ainda porque, sugerido por Falci (1995, p. 85): “Dentro do projeto escravista que a Igreja e o Estado forjaram no Brasil, o batismo terá o significado de moldar o escravo cristão em escravo obediente.”

[...] todos que estudaram o compadrio mostraram a sua importância na extensão de laços de solidariedade no mundo cão em que os escravos tiveram pois foi na pia batismal que, entregando seus filhos a padrinhos livres, forros ou escravos, ricos ou pobres, e a madrinhas livres ou escravas, ricas ou pobres, que os escravos ampliaram a família escrava e criaram um grupo social definido e solidário nas suas lutas diárias (FALCI, 1995, p. 97).

Mas segundo a mesma autora, havia um hiato que separava o compadrio entre senhor e escravo, porque as relações estabelecidas entre o homem livre e o seu cativo, desde sempre, estavam perfeitamente codificadas, embora quando aquilo ocorria encobria, quase sempre, uma filiação não publicamente admitida:

[...] como afirma Schwartz, os laços espirituais que se formavam entre o padrinho e o afilhado impediam que esse compadrio se efetuassem: obediência irrestrita e trabalho árduo não podiam ser exigidos por quem, na pia batismal, prometeu auxílio espiritual e mesmo material, se necessário (FALCI, 1995, p. 100).

Para Mattoso (1982, p.133), o compadrio entre escravos e entre escravos e forros gerava um vínculo de solidariedade recíproca, algo como uma cumplicidade compartilhada, remetendo, possivelmente, a antigas tradições africanas, um parentesco confirmado, inclusive, em ritualismo tribal:

[...] os anciãos aceitam o apadrinhamento de grande número de crianças, e é bem possível que essa espécie de aliança, aceita pela Igreja oficial, esconda realmente tentativas bem sucedidas de reconstituir a grande família tutelar africana. O fenômeno, difícil de discernir no grupo dos escravos, parece-nos muito mais claro entre os forros.

Esse apego as tradições africanas, que eram repassadas em geral oralmente, por meio de simbolismos recriados ou pelos vestígios de ritos sociais e culturais da África, eram continuamente reforçados tendo em vista que, se para o homem livre não havia a

obrigatoriedade do Estado em oferecer a educação oficial e formal, quiçá podemos imaginá-la sendo ofertada ao escravizado:

[...] a educação escolar do escravo é totalmente proibida no Brasil e os próprios forros não tem o direito de frequentar aulas. Essa proibição será mantida durante toda a época da escravidão, mesmo durante a segunda metade do século XIX, em plena desagregação do sistema servil. Senhores e curas que resolveram ensinar a leitura e a escrita a escravos transgridem as regras estabelecidas e são poucos (MATTOSO, 1982, p.113).

Ainda porque, se a educação não era uma meta prioritária para as elites piauienses, já que esses potentados poderiam mandar seus filhos para fora da Capitania para a conclusão de seus estudos, ao mesmo tempo, excluía grande parte da população a mínima instrução, pois poucas eram as vozes que clamavam por instrução como foi a persistência do padre Domingos da Conceição reivindicando escolas e um condizente salário aos professores, pois não havia estímulo ao exercício do magistério, porque em alguns casos chegou-se mesmo a ser ofertado, como vencimentos, paneiros de farinha.

Ademais, tendo como exemplo a praça local de Parnaíba, não havia pessoas suficientemente qualificadas para o preenchimento das vagas que eram oferecidas ao magistério local, sendo deveras oferecidas nas vizinhanças de Pernambuco e da Bahia:

[...] a voz mais atuante em defesa da instrução pública no Piauí, no final do período colonial, foi a do padre Domingos da Conceição, vigário de Parnaíba e deputado Constituinte nas Cortes de Lisboa, que nessa mesma sessão, em 02 de setembro de 1822, fez uma defesa intransigente da criação de sete escolas primárias no Piauí, indicando as vilas de Oeiras, Parnaíba, Valença, Jerumenha, Campo Maior e Parnaíba e propondo que o ordenado dos professores dessas escolas fossem fixado em Rs 120\$000 (cento e vinte mil réis) anuais (MENDES, 2007, p. 36).

Essa impossibilidade de acesso a educação do escravizado implicara, infelizmente, em grande perda historiográfica sobre o cotidiano e os valores éticos e morais cultivados pelos afro-descendentes vistos pela sua própria ótica, mas ao mesmo tempo possibilitou, taticamente, a incorporação de uma gama de vocábulos novos que enriqueceram o linguajar do povo brasileiro e vislumbrou a possibilidade de ascensão na hierarquia social dentro do âmago societário dos próprios escravos:

[...] o problema da linguagem é resolvido, e bem depressa, pelo senhor que se contenta com ser entendido. Melhor ainda, é o escravo canhestro que vai finalmente deformar a língua falada pelos brasileiros de todas as categorias sociais. Isto é tão verdadeiro que, mesmo hoje, no Nordeste, podem-se reconhecer, na pronúncia e no vocabulário dos descendentes das grandes famílias de fazendeiros de cana,

deformações idiomáticas herdadas dos escravos das plantações (MATTOSO, 1982, p.113).

Nos anos vindouros dos novecentos, especialmente a partir da terceira década, quando a pressão sobre a sociedade escravocrata brasileira será mais acentuada, especialmente pelos ingleses, e a opinião pública contará com mais vozes e personalidades contra a escravidão, a situação do negro escravizado em pouca coisa será alterada, mesmo com a iminente decadência do Sistema Escravista que se consolidará em 1889, pois no dizer de Algranti (1987, p. 50): “Nos seus esforços para conseguir adeptos à sua causa no resto da Europa, os ingleses sempre se apoiaram nos princípios de justiça e humanidade, sem manifestar os interesses econômicos que os moviam.”

Assinada a Lei que os historiadores tradicionalistas forjaram como áurea, após serem abertas as porteiças das fazendas, escancaradas as portas das múltiplas senzalas espalhadas pelo país e quebrados os grilhões de ferro, os afro-descendentes foram postos à margem de um mundo novo e hostil, em um mundo cuja dinâmica capitalista fundamenta sua existência no trabalho livre assalariado, na preferência pelo europeu branco em detrimento ao recém-liberto e pela produtividade especializada, pois nas palavras de Mattoso (1982, p. 239): “Lei áurea, sem dúvida, mas que abandona à sua sorte o liberto, desorganiza os circuitos de trabalho em benefício dos homens livres e anula os ajustamentos sociais criados por três séculos de sistema escravista.”

O desdobramento da liberdade real em nada será comparado à liberdade sonhada. Passada a euforia inicial da data tão esperada, o negro encontra-se só, sem ninguém que o oriente e o encaminhe, pois a abolição não ofereceu qualquer garantia de segurança econômica, nenhuma assistência social ou jurídica, seja ela de instituições governamentais ou de pessoas físicas, nenhum indicativo de mudança e de esperança no horizonte da liberdade.

O racismo dissimulado forjou-se então em um fato consumado e presente em toda parte, onde se manifesta sutilmente nas relações humanas que se fortalecem e que é sempre lembrado em todas as regras de convívio societário, exercido geralmente na forma de um gracejo, uma piada ou em palavras maliciosas que, ainda assim, são menosprezadas pelos negros na humildade, no respeito e na fidelidade ao seu semelhante.

Exigidos desde os séculos de escravidão como uma obrigação permanente e como sinal de subserviência, esses adjetivos afloram na atualidade, mesmo sob o pavilhão da liberdade, como resquíços de um passado tão presente, mas que, a bem da verdade, quando

não são salientadas nas convenções sociais, ao negro é dado o estigma de insolente, petulante e arrogante.

A verdade é que muitos, ainda hoje, não acreditam na competência do homem de cor, na sua capacidade de liderança e na sua força de superação. O próprio Estado brasileiro salienta isso em suas políticas de Governo, criando sistemas de cota e de reserva para sua inserção no mercado de trabalho e nos assentos universitários ou contemplando-o com programas de ajuda econômica, talvez justificando tais atitudes como uma compensação aos anos de cativo e, ao mesmo tempo, comodamente, de agradecimento à história negada.

Para Luna (1968, p. 226): “Até para os trabalhos domésticos, ainda hoje, costumamos ler jornais dando preferência a empregados de cor clara. Há também o aspecto higiênico. Poucos acreditam na limpeza do negro, talvez reminiscências da promiscuidade das senzalas.” Até porque, muitos conservadores justificam tais atitudes pelo fato do fim da escravidão no território brasileiro ser um evento recente, ainda longe de ser extraído da memória.

O negro, como parte da nacionalidade do povo brasileiro, integrado ao ambiente do Brasil, finca raízes definitivamente aqui sem esquecer o outro lado do Atlântico e de sua grande mãe África:

[...] A África não foi perdida. Presente, ela germina, cresce, re flora nas solidariedades dos negros que compartilham um destino miserável, na prática das religiões africanas que conservam viva toda a contribuição cultural da mãe distante, sempre capaz de preservar em seus filhos as qualidades de dignidade, de altivez e de coragem, que foram as do escravo brasileiro (MATTOSO, 1982, p. 240).

A herança africana, em sua cultura e em sua gente, é rica demais para ser apagada, menosprezada e por demais profunda para se esquecida. Parte daquilo que somos hoje, certamente, é peculiar também aos povos do “Continente Negro” em seu molejo, nas danças e em seus cantos, nas palavras e nos cultos de seus deuses ancestrais. Esses ingredientes formaram um caldo cultural de mudanças, mas também de permanências em respeito a dor, ao sofrimento, a angústia e, certamente, pela mais terrível de nossa herança que é a de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e na memória, frutos de um Brasil escravocrata.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O seguinte trabalho de pesquisa procurou problematizar a condição do negro escravizado na economia piauiense entre o final do século XVIII e o início do século XIX, dando ênfase especial à cidade de Parnaíba, na medida em que o comércio de muare, do subproduto do couro e da carne e outras atividades econômicas estavam diretamente ligadas ao comércio interno e, principalmente, externo da província do Piauí dentro da lógica mercadológica imposto pela Metrópole diante das inerências próprias do Antigo Sistema Colonial.

A escravidão é um tema que até bem recentemente, dentro da tradicional historiografia econômica e social, obscurecia práticas de imposição social, cultural e econômica que irremediavelmente forjou na mentalidade nacional uma falsa impressão que o escravismo impregnado em nosso corpo social, enquanto colônia de exploração, eram brandas e de certa forma complacentes com as atrocidades aqui abordadas levando, inclusive, autores consagrados em nossa historiografia a presumir que em regiões cujos mercados com relativa autonomia não careciam de braços negros na labuta diária nas fazendas curraleiras, nas oficinas de charque ou em qualquer outra atividade econômica desenvolvida em nosso território.

No entendimento desses autores, como Simonsen, Prado Júnior e Furtado, o criatório servia apenas para atender as necessidades locais, sem estar presa ao grande complexo agro-exportador. Certamente os argumentos levantados por esses economistas se assentavam nos custos relativamente altos na aquisição da mão-de-obra negra em face ao trabalho do escravo indígena, esta, em princípio mais barata e cuja aquisição se fazia dentro da circunvizinhança do próprio Piauí e, é claro, corroborada também na idéia de que o excedente populacional do litoral migraria para o interior do território, por conta daqueles que não obtinham espaço na manufatura do açúcar, onde essa força produtiva seria alocada na economia pecuária e no trato da terra. Além disso, presumidamente, o manejo do gado seria fácil e sua criação e reprodução autônomas, sofrendo a influência apenas das inerências da região, e por isso adequado ao emprego do índio, de mestiços e também pela mão-de-obra livre no processo produtivo, onde o pagamento proporcionaria, por meio do trabalho duro, a possibilidade de que qualquer indivíduo, inclusive o não branco, passar também à condição de produtor e dono de terras.

Seja como for, é evidenciado nos estudos acadêmicos mais atuais, especialmente entre as décadas de 80 e 90, que a presença de negros escravizados foi expressiva e que sua situação como ser social e ser histórico extrapolava o âmbito da relação de produção e poder, onde sua presença, naquele momento, estava implicada em um fator de magnificência e fausto, especialmente para as famílias mais abastadas e para os potentados políticos e econômicos locais, pois tanto nas áreas litorâneas como nos rincões interioranos distantes, ter escravos era mostrar-se singular e diferente dos demais cidadãos. Ademais, seria elementar e de grande ingenuidade apontar que a labuta do negro escravizado estava explícita apenas na criação bovina ou no processamento de seu subproduto, mas é examinar objetivamente que sua presença se fazia em toda e qualquer atividade econômica e produtiva, ainda que primária, ao final do século XVIII e o início do século seguinte, tomado o assim imprescindível dentro do contexto político-econômico imposto pela metrópole lusitana à colônia brasileira.

Diante disso, nosso trabalho buscou como referência teórica uma pesquisa bibliográfica do tema, que para nossa fortuna nos garantiu ter acesso a um acervo variado que tratava não só do cotidiano e das práticas econômicas adotadas no espaço que se constituiria como Piauí, mas também de todo um envolvimento social, político e cultural que fez, inclusive, a história da Província se emaranhar à própria sorte do Brasil colonial nos anos vindouros de sua emancipação política. Ainda, tal acervo nos agraciou, em face ao nosso objetivo geral, ter acesso à análise e a compreensão de quão significativa foi a participação do negro em nossa economia durante esse corte temporal, porque sabemos que seu desempenho como força de produção não estava presente apenas nas fazendas curraleiras do interior do Piauí ou na manufatura do charque em Parnaíba, cujo aprofundamento dos dados nos levou naturalmente, no decorrer de nossa pesquisa, a especificamente, caracterizar seu desempenho laboral nas diversas atividades produtivas aqui exploradas, como por exemplo, na edificação de casas, na agricultura de subsistência, na produção artesanal de vestuário e utensílios, todas sendo indispensáveis à sustentação diária na atividade criatória, na manufatura do charque e em outras atividades básicas para o dia-a-dia do piauiense e que desembocou ainda em identificar quão expressiva foi sua presença, tanto no interior, quanto nas cercanias do delta do Parnaíba.

Ainda assim, seria leviano tratar de um tema onde não pudéssemos, de maneira específica, expor e compreender que o negro escravizado, em todo o período de escravidão no Piauí, sempre promoveu uma série de formas de resistência ante a escravidão, já que a história do negro no Brasil confunde-se e identifica-se com a formação da própria nação brasileira e

que em seu bojo acompanha a sua evolução histórica, social e econômica, pois uma enormidade de seres humanos foi brutalmente arrancada de seus lares de origem e levada para o penoso trabalho compulsório em lugares distantes, a fim de proporcionar a capitalização necessária ao Sistema e a formação dos potentados locais. Tal resistência nos remete, erroneamente, a imaginar que ela se fez na onipresença da ação física, na luta corpórea ou tão somente em atos de sabotagem. Mais do que isso, na cultura que aqui se formava, eles reinventaram os seus padrões culturais de acordo com as necessidades que surgiam e, certamente, preservaram parte de sua memória coletiva e com isso procuravam se auto proteger da sistemática opressão a que eram submetidos no Sistema Escravista que vigorou no Brasil por quase quatrocentos anos.

Ademais, em todo o processo de elaboração de nossa pesquisa, que se dá, no primeiro capítulo, com todo um processo de captura e transferência para o Brasil colonial, passando pelo segundo capítulo que aborda as diversas atividades laborais do negro escravizado no Piauí e finalmente, no último capítulo, abordando a sua adaptação e resistência em nossa economia pecuarista, tínhamos a preocupação de sempre estarmos atentos para “não olhar o passado com o olhar do presente” evitando, desta forma, ser mos passionais em nossa análise e compreensão, tanto na abordagem de nossa leitura quanto que no momento de nossa escrita, pois a temática que fala da escravidão negra, ao tempo em que é instigante e envolvente, revela-se assustadora e nefasta quando esmiuçamos uma cinzenta página da nossa história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGRANTI, Leila Mezan. **D. João VI: os bastidores da independência**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1987.

BONFIM, Washington Luis de Sousa; SANTOS JÚNIOR, Raimundo Batista dos. Formação política. In: SANTANA, Raimundo N. Monteiro de. (Org.). **Piauí: formação. desenvolvimento. perspectivas**. Teresina. Halley, 1995.

BRANCO, Renato Castelo. **A conquista dos sertões de dentro**. São Paulo: LR Editores, 1983.

BRANDÃO, Tânia M. Pires. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: Gráfica da UFPI, 1999.

_____. **A elite colonial piauiense: família e poder**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. Formação Social. In: SANTANA, Raimundo N. Monteiro de. (Org.). **Piauí: formação. desenvolvimento. perspectivas**. Teresina. Halley, 1995.

CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **O Trabalho na América Latina Colonial**. Série Princípios. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

DIAS, Cid de Castro. **Piauí: das origens à nova capital**. Teresina: 1. ed. Nova Expansão Gráfica e Editora Ltda, 2008.

FALCI, Miridan B. Knox. **Escravos do sertão**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

_____. **O Piauí na primeira metade do século XIX**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1994.

_____. **A criança na província do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1991.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. **A civilização do açúcar: séculos XVI a XVIII**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Cultura e sociedade no Brasil colônia**. Discutindo a História do Brasil. São Paulo: Atual, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 33. ed. São Paulo: Nacional, 2004.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOULART, José Alípio. **Brasil do boi e do couro.** Coleção ensaios brasileiros. Vol. 2. São Paulo: Edições GRD, 1966.

_____. **Brasil do boi e do couro: o boi.** Coleção ensaios brasileiros. Vol. 1. São Paulo: Edições GRD, 1965.

LAPA, José R. do Amaral. **O antigo sistema colonial.** Série primeiros vãos. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LUNA, Luiz. **O negro na luta contra a escravidão.** Rio de Janeiro: Ed. Leitura S/A, 1968.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAVIGNIER, Diderot dos Santos; MOREIRA, Aldenora Mendes. **Conhecendo história & geografia do Piauí.** Parnaíba: Gráfica Ferraz, 2007.

MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. **Parnaíba: educação e sociedade.** 2. ed. Parnaíba: SIEART, 2007.

_____. **Porto de Luis Correia: histórico de um sonho.** Parnaíba: SIEART, 2008.

MOTT, Luis R. B. **Piauí Colonial: População, economia e sociedade.** Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro.** Série Princípios. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí.** Coleção grandes textos. Teresina: Fundação Monsh. Chaves, 2007.

_____. **Depoimentos históricos.** Teresina: Comepi, 1981.

OLIVEIRA, Felipe Mendes de. **Formação econômica.** In: SANTANA, Raimundo N. Monteiro de. (Org.). **Piauí: formação. desenvolvimento. perspectivas.** Teresina. Halley, 1995.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro: umbanda e sociedade brasileira.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PORTO, Costa. **O pastoreio na formação do nordeste.** Ministério da Educação e Cultura. Os cadernos de cultura. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1959.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

QUEIROZ, Suely R. Reis. **Escravidão negra no Brasil.** Série Princípios. São Paulo: Ática, 1987.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RUGENDAS, João Maurício. **Viagens pitorescas através do Brasil**. Coleção Reconquista do Brasil (Nova Série). Vol.2. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

SOUZA, Laura de Melo e. **O diabo e a terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TAJRA, Jesus Elias; TAJRA FILHO, Jesus Elias. O comércio e a indústria no Piauí. In: SANTANA, Raimundo N. Monteiro de. (Org.). **Piauí: formação. desenvolvimento. perspectivas**. Teresina. Halley, 1995.

ARTIGOS CIENTÍFICOS E REVISTAS ESPECIALIZADAS

LINHARES, Maria Y. Leite. **Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil**. (Séculos XVII e XVIII). Arquivos do Centro Cultural Calouster Gulbenkian, Le Portugal ET L' Europe Atlantique, Le Brésil et L' Amerique Latine Mélanges offerts à Frédéric Mauro, vol. XXXIV, Lisboa, dez., 1995.

MELO, Padre Cláudio. **A prioridade do norte no povoamento do Piauí**. In: Almanaque da Parnaíba, Parnaíba, Sieart, nº 61, p. 190-191, 1994.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

JOBIM, Leopoldo. **Reforma agrária no Brasil**. Coleção tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MEDEIROS, Antonio José. **Movimentos sociais**. In: Piauí: Formação. Desenvolvimento. Perspectivas. Teresina: Halley, 1995.

SOUZA, Mauro J. Rodrigues (Org.). **Revista do trabalhador parnaibano**. Parnaíba: Gráfica Melo, 2010.

.